

'15/ '20

# PLANO DE

DESENVOLVIMENTO  
SOCIAL

CONSELHO LOCAL DE AÇÃO SOCIAL

# PENAFIEL



**Ficha Técnica:**

<b>Título</b>	Plano de Desenvolvimento Social de Penafiel 2015-2020
<b>Autoria</b>	Conselho Local de Ação Social - Rede Social de Penafiel
<b>Coordenação</b>	Núcleo Executivo do CLAS de Penafiel
<b>Conceção</b>	Núcleo Executivo do CLAS de Penafiel
<b>Edição</b>	Conselho Local de Ação Social de Penafiel Março 2015

# Índice

Introdução	3
<b>Capítulo I</b>	
Metodologia de Planeamento	5
1.1. Grupos Temáticos de Trabalho	6
1.1.1. Educação, Formação e Empregabilidade	7
1.1.2. Freguesias	7
1.1.3. Ação Social, Saúde, Medidas Sociais e Segurança	8
1.1.4. Associativismo	8
<b>Capítulo II</b>	
Modelo de Funcionamento da Rede Social	10
2.1. Conselho Local de Ação Social	10
2.2. Núcleo Executivo	11
<b>Capítulo III</b>	
O Diagnóstico Social	13
3.1. Matriz das principais Dimensões-Problema/Necessidades	14
3.2. Análise SWOT	15
<b>Capítulo IV</b>	
PDS Penafiel – PDS Supramunicipal do Tâmega e Sousa	
4.1. Ranking das Dimensões-Problema do Tâmega e Sousa	17
4.2. Matriz de Posicionamento das Dimensões-Problema de Penafiel face ao Tâmega e Sousa	18
4.3. Concertação do PDS de Penafiel com o PDS Supramunicipal do Tâmega e Sousa	19
4.3.1. Capital Humano	19
4.3.2. Emprego	21
4.3.3. Capital Inclusivo	22
<b>Capítulo V</b>	
Eixos de Intervenção	24
Eixo 1 – Instrumentos de Diagnóstico e de Planeamento do concelho	25
Eixo 2 – Trabalhar em Rede – Desafios de uma Solidariedade Partilhada	27
Eixo 3 – Educação e Formação para a Empregabilidade e Inclusão	29
Eixo 4 – Mobilizar a Comunidade e Intervir na Diferença	31
<b>Capítulo VI</b>	
Monitorização, Acompanhamento e Avaliação	33
5.1. Modelo de Avaliação para PDS	34
5.2. Monitorização e Acompanhamento	35
5.3. Avaliação no contexto de Intervenção em Rede	36
5.4. Metodologia de Implementação	38
5.5. Matriz de Enquadramento Lógico segundo os Eixos de Intervenção	40
<b>Capítulo VII</b>	
Dispositivos de Planeamento Integrado	44
6.1. Sistema de Articulação	45
6.2. Contextos de Integração	49
6.2.1. Integração de Instrumentos Locais de Planeamento	50
6.2.2. Integração de Instrumentos Regionais e Nacionais	53
<b>Capítulo VIII</b>	
Considerações Finais	68

## Introdução

O Plano de Desenvolvimento Social do Concelho de Penafiel é um instrumento que servindo de enquadramento às intervenções para o desenvolvimento social local, define estratégias, objetivos e atividades prioritárias para a sua prossecução. A sua conceção reflete um esforço de articulação conjunta entre vários parceiros e setores, organizando e esquematizando o conjunto de ações, visando implicar e tornar comunicantes os diversos agentes e iniciativas em curso por todo o município. Esta preocupação em localizar e adaptar as estratégias de desenvolvimento social e económico, permite conceber, mais eficazmente, ações sustentáveis e coadunadas às medidas e políticas definidas aos vários níveis da administração local, regional e nacional, nos seus vários setores e de acordo com as grandes metas sugeridas pela União Europeia.

Numa lógica de complementaridade e articulação entre os serviços e as organizações, ajustar a intervenção ao território, permite detetar mais rapidamente as fragilidades do contexto, bem como a racionalização e adequação de recursos e das iniciativas em curso. Desta forma, rentabilizando os saberes e os conhecimentos do e no terreno dos agentes, dos técnicos e das organizações locais, é possível encontrar soluções e estratégias adaptadas e sustentáveis e que impliquem progressivamente as populações a que se dirigem.

O Plano de Desenvolvimento Social de Penafiel surge na sequência do processo de Diagnóstico Social que, anteriormente possibilitou um conhecimento mais aprofundado da realidade social do concelho, estabelecendo de forma participada, concertada e articulada, os problemas existentes e necessidades sentidas em diversas áreas, sustentando de forma adequada a intervenção social neste. Sendo mais uma fase no processo da Rede Social concelhia, convencionou uma estratégia a cinco anos (2015-2020), operacionalizada, por sua vez, em Planos de Ação anuais.

Todo o processo que decorreu da elaboração deste documento, apelando a uma discussão e consciencialização coletiva dos variados constrangimentos a que este, como outros, concelho está sujeito, mas também e sobretudo das inúmeras potencialidades que apresenta, implicou uma grande participação pelos membros do Conselho Local de Ação Social (CLAS), bem como de outros elementos externos a este órgão que prontamente colaboraram e participaram nas reuniões e, de forma geral, deste mesmo processo. É através da comunicação, da partilha de informação e experiências, da conjugação de esforços e do conhecimento das diversas realidades e organizações que se começa a sedimentar as redes locais que permitam, mais eficazmente, o combate às assimetrias sociais e a consequente e preferencialmente maior coesão social.

Pretende-se, portanto, investir em novas formas de expressão da cidadania, mais participativa, mais responsabilizada, mais dialogante que se tornem propícias ao processo contínuo de inclusão social, ao mesmo tempo que se investe em processos de planeamento integrado que permitam uma maior rentabilização e racionalização dos recursos.

A Rede Social e os seus instrumentos são assim uma forma de apelar e implicar a modificação das culturas institucionais introduzindo hábitos de planeamento e avaliação, de facilitar o acesso a recursos e informação essenciais à sustentação das intervenções e de valorizar atribuições específicas, pelo reconhecimento e integração em projetos conjuntos, primando pela inovação, nomeadamente na multidisciplinaridade, na inter-institucionalidade e em processos de desburocratização.

---

Capítulo I

# Metodologia de planeamento

## Metodologia de planeamento

Tendo como referência que o Plano de Desenvolvimento Social é um instrumento de orientação visando uma situação desejável e das formas exequíveis de a alcançar através de um direcionamento da intervenção e de procedimentos racionais, que se traduzam na articulação e integração das decisões e da formalização de compromissos e estratégias de mudança, procedeu-se metodologicamente em consonância com essas premissas.

Adoptaram-se no processo de elaboração metodologias participativas, tendo em conta as perceções individuais dos atores/agentes sociais, bem como a sua interação e confronto de perspectivas e visões preponderantes para a produção de conhecimento sobre uma realidade, uma problemática, ou objetivos e estratégias a eleger.

Sendo certo que, em qualquer processo de planeamento nunca se pode ignorar a permanente mutação da realidade social, a atenção e a preocupação com as metodologias de trabalho adotadas, permitiram produzir representações antecipadas e processos de transformação da realidade.

Na definição das estratégias para o desenvolvimento social de Penafiel deve ter-se em consideração o contexto em que este está inserido, bem como as diferentes dimensões que o possibilitem.

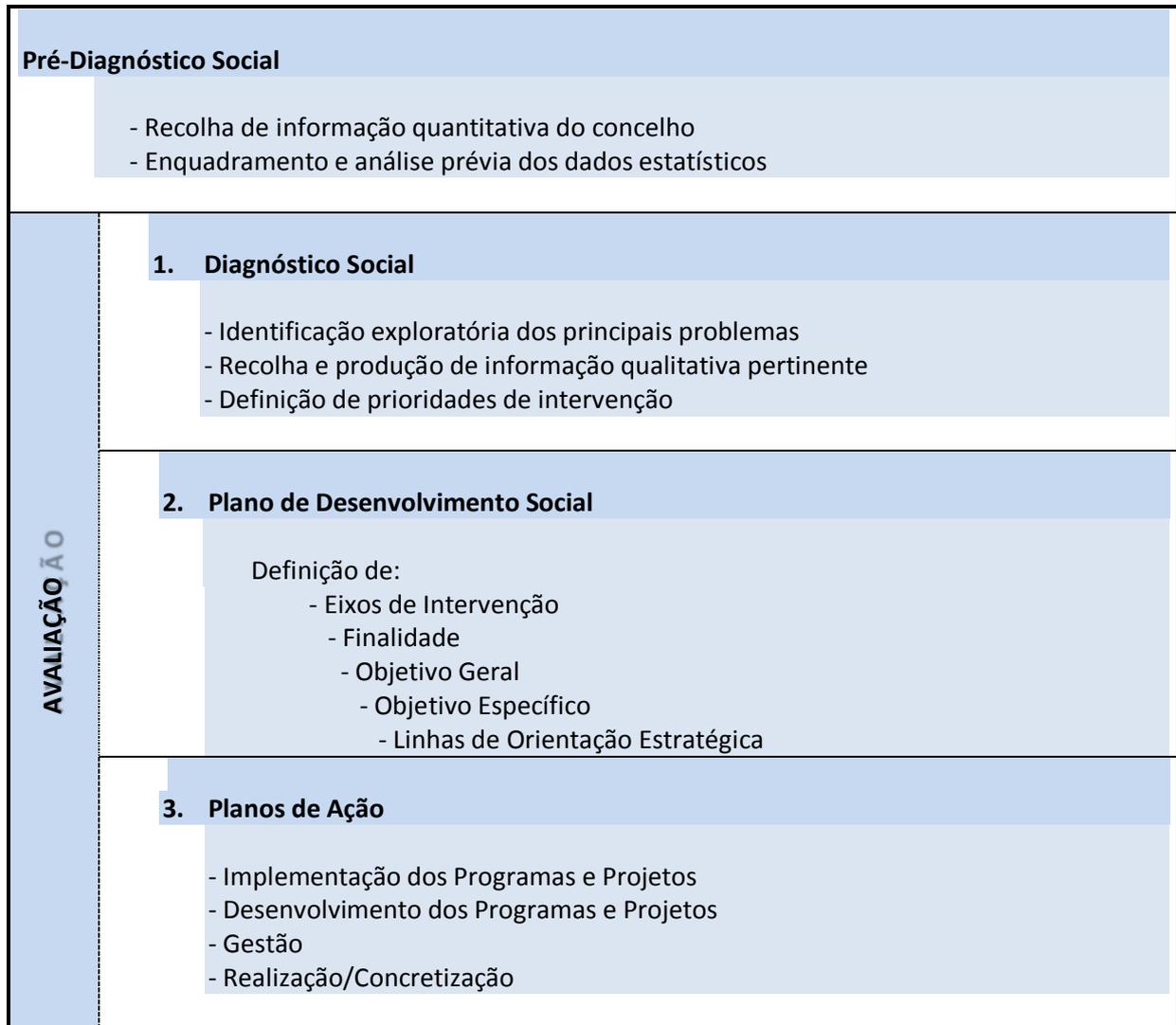
Desta forma, ao esquematizar as orientações estratégicas ao nível concelhio, há que haver uma referência às orientações estratégicas paralelas, quer sejam de âmbito regional ou nacional.

Os instrumentos a que se recorreu no processo de elaboração deste PDS, servem para implicar neste instrumento os princípios fundamentais de articulação e convergência, já que não é possível nem racional dirigir a intervenção em sentidos contrários aos delineados em outros planos. Na lógica de territorialização e de subsidiariedade deve-se, portanto, contribuir para o cumprimento das metas e objetivos aconselhados.

Desta forma este processo de planeamento comprometeu-se com uma ação integrada e participada, tentando ter permanentemente em consideração todas as dimensões que, de uma maneira ou de outra, possam estar implicadas na resolução dos problemas, apelando e contando com a participação de todos os parceiros envolvidos no planeamento e intervenção social e identificando as prioridades mais realistas, de forma a ocorrer mudanças efetivas e sustentadas nos grupos sociais mais vulneráveis aos processos de exclusão social.

Este documento assenta em quatro vetores metodológicos: I) o Diagnóstico Social; II) outros instrumentos ou orientações de planificação estratégica; III) grupos temáticos de trabalho e IV) reuniões da equipa técnica de suporte ao Núcleo Executivo do CLAS.

Pode verificar-se na seguinte esquematização a estruturação do processo de planeamento social adotado em Penafiel:



### 1.1. Grupos temáticos de trabalho

Resultando dos grupos temáticos de trabalho organizados para a elaboração do Diagnóstico Social (Educação, Formação e Empregabilidade; Freguesias; Ação Social, Saúde e Medidas Sociais; Associativismo) e das próprias necessidades prioritárias identificadas para o presente PDS, foram reformulados em alguns aspetos, de forma a tornarem-se mais operacionais.

Estes grupos foram delineados pelo Núcleo Executivo do CLAS. Foram escolhidas entidades que, em alguns casos não fazendo parte do CLAS, tinham responsabilidades nas várias áreas temáticas e revelaram-se uma mais-valia em todo este processo. Foi das várias reuniões com os grupos de trabalho da Rede Social de Penafiel, dos workshops “Capital Inclusivo” com as Redes Sociais dos 11 concelhos do Tâmega e Sousa, bem como de outras consultas

efetuadas em programas regionais e nacionais, que surgiram as estratégias de desenvolvimento social para o período de 2015-2020.

Os elementos participantes dos vários grupos temáticos de trabalho podem apresentam-se nas seguintes tabelas:

## 1.1.1. Entidades do Grupo de Trabalho Educação, Formação e Empregabilidade

<b>Educação, Formação e Empregabilidade</b>	
<b>Entidades</b>	Câmara Municipal de Penafiel; Instituto da Segurança Social;  IEFP – Centro de Emprego de Penafiel; Agrupamento de Escolas Penafiel Sudeste; Agrupamento de Escolas do Pinheiro; Agrupamento de Escolas de Paço de Sousa; Agrupamento de Escolas Joaquim de Araújo;  Escola Secundária de Penafiel;  Empresas de Formação: Aventuras no Prato Lda Urbe Consultores;
Rede Social	Núcleo Executivo do CLAS
Entidades Externas ao CLAS	Associação Empresarial de Penafiel; Penafiel Activa, E.M.; Agrupamento de Escolas D. António Ferreira Gomes; Agito CLDS+ “Penafiel Social”; GIP – Fonte Arcada; GIP – Rio de Moinhos;

## 1.1.2. Entidades do Grupo de Trabalho das Freguesias

<b>Freguesias</b>	
<b>Entidades</b>	Câmara Municipal de Penafiel Junta de Freguesia de Abragão, Junta de Freguesia de Canelas, Junta de Freguesia de Capela, Junta de Freguesia de Castelões, Junta de Freguesia de Eja, Junta de Freguesia de Lagares e Figueira, Junta de Freguesia de Galegos, Junta de Freguesia de Guilhufe e Urrô, Junta de Freguesia de Irivo, Junta de Freguesia de Oldrões, Junta de Freguesia de Penafiel, Junta de Freguesia das Termas de S. Vicente, Junta de Freguesia de Rans Junta de Freguesia de Rio de Moinhos Junta de Freguesia de Sebolido Junta de Freguesia de Vila Cova
Rede Social	Núcleo Executivo do CLAS
Entidades Externas ao CLAS	CLDS+ “Penafiel Social”

## 1.1.3. Entidades do Grupo de Trabalho Ação Social, Saúde, Medidas Sociais e Segurança

<b>Ação Social, Saúde, Medidas Sociais e Segurança</b>	
<b>Entidades</b>	Câmara Municipal de Penafiel; Instituto da Segurança Social; APADIMP; Associação para o Desenvolvimento de Boelhe; Associação de Desenvolvimento de S. Mamede de Canelas; Associação para o Desenvolvimento de Figueira; Associação de Desenvolvimento e Apoio Social - Fonte de Solidariedade Fonte Arcada; Associação para o Desenvolvimento de Galegos; Associação para o Desenvolvimento de Lagares; Associação para o Desenvolvimento de Rio de Moinhos; Associação de Solidariedade Social de Vila Cova; Centro Social e Paroquial Imaculado Coração de Maria; Centro Social de Recesinhos. ACES Tâmega II Vale do Sousa Sul; Centro Hospitalar do Tâmega e Sousa; Santa Casa da Misericórdia Associação para o Desenvolvimento de Lagares Delegação de Penafiel da Cruz Vermelha Portuguesa Guarda Nacional Republicana
Rede Social	Núcleo Executivo do CLAS
Entidades Externas ao CLAS	Medida R.S.I. – Protocolos N.L.I. = 13 Técnicos CPCJ de Penafiel Banco de Voluntariado de Penafiel Habitação Social - Câmara Municipal de Penafiel Equipa Multidisciplinar de Apoio aos Tribunais Párcos: Santa Marta Croca Castelões Unidade de Intervenção Local para os Comportamentos Aditivos e Dependências da ARS Norte – CRI Porto Oriental;

## 1.1.4. Entidades do Grupo de Trabalho do Associativismo

<b>Associativismo</b>	
<b>Entidades</b>	Câmara Municipal de Penafiel Instituto da Segurança Social Associação Cultural e Recreativa Amigos de Bustelo Rio Mau Futebol Clube Grupo Columbófilo de Rio Mau Associação Bombeiros Voluntários de Entre-os-Rios Grupo de Teatro de Novelas Rancho Folclórico de Duas Igrejas Associação Cultural e Recreativa de Croca Liga dos Combatentes – Núcleo de Penafiel Clube Pesca e Caça de Penafiel Futebol Clube de Penafiel Associação Como Deantes, Grupo de Teatro Cultural de Quintandona Casaxiné, Associação para a Promoção e Desenvolvimento Associação Recreativa Novelense
Rede Social	Núcleo Executivo do CLAS

---

**Capítulo II**

**Modelo de Funcionamento**

**da Rede Social**

## 2.1 O Conselho Local de Ação Social

A Rede Social de Penafiel é constituída por 52 entidades que formam o Conselho Local de Ação Social.

- Câmara Municipal de Penafiel
- ISS Penafiel/ISS Porto
- Centro Hospitalar do Tâmega e Sousa, EPE
- ACES Tâmega II – Vale do Sousa Sul
- IEFP – Centro Emprego Penafiel
- Agrupamento Escolas de Penafiel Sudeste
- Agrupamento Escolas de Paço de Sousa
- Agrupamento Escolas do Pinheiro
- Escola Secundária de Penafiel
- APADIMP
- ADISCREP
- Associação p/ Desenvolvimento Boelhe
- Associação para o Desenvolvimento Social de Cabeça Santa
- Associação p/ Desenvolvimento Figueira
- Associação p/ Desenvolvimento Galegos
- Associação p/ Desenvolvimento Guilhufe
- Associação p/ Desenvolvimento Lagares
- Associação p/ Desenvolvimento Novelas
- Associação p/ Desenvolvimento Paço de Sousa
- Associação S.S.C. para o Desenvolvimento de Rans
- Associação p/ Desenvolvimento Rio de Moinhos
- Associação p/ Desenvolvimento S. Miguel Paredes
- Associação Portuguesa de Síndrome de Asperger – CAO Valpedre
- Associação de Diabéticos do Vale do Sousa
- Associação Solidariedade Social Vila Cova
- Casa do Povo de Peroselo
- Centro Social e Cultural de Abrugão
- Centro Paroquial - Casa da Sagrada Família de Penafiel
- Centro Social de Recesinhos
- Centro Social e Paroquial Imaculado Coração Maria Irivo
- Centro Social e Paroquial Sto Estevão de Oldrões
- Santa Casa da Misericórdia de Penafiel
- Fonte de Solidariedade (Fonte Arcada)
- Associação Desenvolvimento da Portela
- Sebolido Activo – Associação Desenvolvimento Soc. Cult. e Rec.
- Penafiel Solidário
- Delegação de Penafiel da Cruz Vermelha Portuguesa
- Junta de Freguesia de Castelões
- Junta de Freguesia de Irivo
- Junta de Freguesia de Paço de Sousa
- Junta de Freguesia de Croca
- Junta de Freguesia de Penafiel
- Junta de Freguesia de Rans
- Junta de Freguesia de Rio Mau
- Junta de Freguesia de Valpedre
- Aventuras no Prato, Lda
- URBE – Consultores Associados Lda
- Liga dos Combatentes - Núcleo de Penafiel
- Instituto do Desenvolvimento, IP
- Centro de Psicologia – Equilíbrios
- Incubadora do Tâmega e Sousa, Ass.
- Guarda Nacional Republicana

O CLAS é um órgão plenário de concertação e congregação de esforços baseado na adesão livre das entidades públicas e privadas sem fins lucrativos, constituindo-se como um espaço privilegiado de diálogo, análise e decisão no sentido de promover e contribuir para a erradicação ou atenuação da pobreza e da exclusão social, assim como, para o processo de desenvolvimento social do concelho de Penafiel.

As suas principais atribuições são: I) fomentar a articulação entre organismos públicos e entidades privadas do concelho, com vista a uma atuação mais concertada, tanto na prevenção como na resolução dos problemas sociais, assim como na adoção de prioridades; II) analisar e aprovar os diversos instrumentos (Diagnóstico Social, Plano de Desenvolvimento Social, Plano de Ação, etc.); III) apreciar e aprovar parecer sobre a cobertura equitativa e adequada do concelho por serviços e equipamentos sociais; IV) apreciar e aprovar pareceres relativamente a propostas que lhe sejam apresentadas, nomeadamente as que se referem à planificação estratégica do trabalho a desenvolver pelo CLAS.

## 2.2. O Núcleo Executivo

O Núcleo Executivo é o órgão operacional da Rede Social. É constituído por representantes e técnicos de entidades que também compõe o CLAS.

Compete-lhe:

- Garantir a realização e atualização do Diagnóstico, do Plano de Desenvolvimento Social, dos Planos de Ação anuais e proceder à respetiva Avaliação;
- Operacionalizar, monitorizar, acompanhar e avaliar as várias intervenções;
- Organizar e facilitar os plenários do CLAS;
- Emitir pareceres sobre as várias candidaturas concelhias do âmbito da intervenção social;
- Divulgar os resultados do trabalho desenvolvido pela Rede Social;
- Implementar e gerir o Sistema de Informação.
- Preparar e organizar ações de sensibilização e fóruns de discussão para os parceiros
- Garantir a dinamização dos grupos de trabalho criados;
- Coordenar e assegurar as decisões do Plenário do CLAS.

É atualmente composto pelas seguintes entidades:

- Câmara Municipal de Penafiel
- Instituto de Solidariedade e Segurança Social
- IEFP – Centro de Emprego de Penafiel
- Associação para o Desenvolvimento de Rio de Moinhos
- ACES Tâmega II – Vale do Sousa Sul
- Agrupamento de Escolas Penafiel Sudeste
- Junta de Freguesia de Penafiel

---

# Capítulo III

## O Diagnóstico Social

### Dimensões Problema/Necessidades

### Análise SWOT

## O Diagnóstico Social

O Diagnóstico Social de Penafiel tem como objetivo um conhecimento e compreensão da realidade social do concelho, através da identificação das necessidades e deteção de problemas prioritários e respetivas causalidades, bem como dos recursos e das potencialidades locais, que constituem reais oportunidades de desenvolvimento.

O complexo processo de elaboração desse retrato social expressou um processo de participação social amplo e ordenado, proporciona uma maior capacidade interpretativa da informação recolhida, estabelecendo prioridades, a articulação entre problemas e a complexa ligação entre os diversos fatores de vulnerabilidade social, enquadrando os problemas sociais nos seus diversos contextos e escalas.

Esse documento foi assim estruturado para corresponder a uma fase primordial do processo da construção do Plano de Desenvolvimento Social, permitindo a sua contextualização e adequação e razão da escolha para a constituição dos grupos temáticos de trabalho que lhe deram origem.

A ordem lógica que estrutura todo este processo é sequencial e retroativa. As três etapas fundamentais na construção do PDS – o diagnóstico da situação, a definição de linhas orientadoras e a operacionalização do plano de ação – desenvolvem-se como um ciclo: a implementação das ações irão produzir novos elementos recolhidos, que trarão outros elementos para outro diagnóstico. Por seu turno essas novas informações já estruturadas num novo Diagnóstico irão implicar uma redefinição das linhas orientadoras e estratégias para novos Planos de Desenvolvimento Social e Planos de Ação e na sua implementação e gestão. A avaliação dessa sequência operativa é fundamental e transversal a todo o processo de planeamento, referindo-se a cada uma das fases.

**3.1. Matriz das principais Dimensões-Problema/Necessidades**

DIMENSÕES-PROBLEMA	NECESSIDADES
<b>a) Desemprego</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Articulações entre as associações locais e as juntas de freguesia com o CLDS+ no eixo Emprego, formação e qualificação, no sentido de sinalizar indivíduos com necessidade nestes domínios;</li> <li>- Divulgação e informação sobre as respostas do concelho no âmbito da empregabilidade;</li> <li>- Sensibilização das empresas para a responsabilidade social e desenvolvimento sustentado;</li> <li>- Responder à ausência de competências sociais, parentais e motivacionais para a mudança de situação de vulnerabilidade social através do eixo Intervenção familiar e parental do CLDS+.</li> </ul>
<b>b) Aumento da Pobreza das Famílias</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Ampliação da resposta integrada fornecida pelo CLDS+ (Intervenção familiar e parental), através do estabelecimento de parcerias da Associação para o Desenvolvimento de Lagares com as Associações Locais;</li> <li>- Sensibilização para a promoção de saúde e bem-estar nas escolas, prevenindo comportamentos-problema que coloquem adolescentes e jovens em situação de risco;</li> <li>- Criação de um projeto direcionado para crianças e jovens em risco através de uma abordagem direcionada para a interrupção de comportamentos que constituam uma ameaça ao seu desenvolvimento, promovendo um funcionamento pessoal e social adaptado;</li> <li>- Diversificação das respostas sociais existentes no concelho - colaboração das estruturas existentes para o desenvolvimento social e comunitário do território;</li> <li>- Criação de condições para o desenvolvimento de percursos de reinserção.</li> </ul>
<b>c) Falta de equipamentos na área da Deficiência e respostas ao nível da Saúde Mental</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Criação de Equipamentos na área da deficiência;</li> <li>- Implementar respostas sociais direcionadas para a intervenção na área da deficiência e da saúde mental, descentralizadas e localizadas estrategicamente, de modo a que sejam acessíveis à população-alvo indicada;</li> <li>- Criação de um Gabinete Técnico às IPSS por parte do município para prestar apoio e orientar futuras candidaturas;</li> <li>- Reuniões semestrais do Terceiro Setor – Grupo de Trabalho “Economia Social”.</li> </ul>
<b>d) Fraca rede de transportes</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Aumento do horário e frequência dos transportes públicos, sobretudo em relação às freguesias mais distantes do perímetro urbano.</li> <li>- Coordenação de uma política de transportes públicos ao nível da CIM – Tâmega e Sousa;</li> <li>- Maior divulgação dos horários através da afixação dos mesmos nas respetivas paragens;</li> <li>- Maior articulação entre os diferentes tipos de transporte, nomeadamente entre autocarros e comboios.</li> </ul>

FORÇAS	FRAQUEZAS
<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Número elevado de organizações públicas e privadas com uma oferta diversificada de equipamentos, serviços e iniciativas ao nível do apoio social, educação, juventude, desporto e cultura, destinada aos diferentes grupos sociais e escalões etários;</li> <li>▪ Crescente disseminação pelo concelho de equipamentos e serviços;</li> <li>▪ Forte investimento na criação de respostas sociais e educativas;</li> <li>▪ Existência de instrumentos de gestão do desenvolvimento social e educacional (Diagnóstico Social, PDS, Planos de Ação, Carta Social, Carta Educativa);</li> <li>▪ Instituições com grande proximidade aos utentes/população;</li> <li>▪ Existência de um banco de Voluntariado e crescente adesão ao mesmo;</li> <li>▪ Maior responsabilidade social das empresas;</li> <li>▪ Agrupamentos escolares com respostas inovadoras e preocupação em aumentar o nº de respostas formativas com carácter profissionalizante;</li> <li>▪ Aposta no desenvolvimento de um território mais sustentável, com efeitos positivos na sensibilidade ambiental da população;</li> <li>▪ Forte investimento na requalificação do património urbanístico e do espaço público;</li> <li>▪ Forte investimento nos sistemas de água e saneamento do concelho;</li> <li>▪ Diminuição da taxa de desemprego no concelho;</li> <li>▪ A taxa de pré-escolarização é de 98%;</li> <li>▪ A taxa de abandono escolar é de 0,14%;</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Desarticulação dos investimentos concelhios;</li> <li>▪ Ausência de núcleos locais de investigação para aumentar o conhecimento face a determinadas problemáticas sociais;</li> <li>▪ Forte dependência face ao Estado por parte dos indivíduos e das organizações sociais;</li> <li>▪ Rede Social ainda muito associada à Câmara Municipal;</li> <li>▪ Modelo de funcionamento das organizações não incentivador face à participação;</li> <li>▪ A situação de crise impulsiona uma intervenção na pobreza, visando a emergência social (reativa e operacional) sem perspetiva preventiva;</li> <li>▪ Ausência de medidas preventivas e estruturantes que atenuem a “nova pobreza”, face ao contexto de crise;</li> <li>▪ Fraca cobertura de respostas sociais ao nível da deficiência e da saúde mental;</li> <li>▪ Baixos níveis de escolaridade da população empregada;</li> <li>▪ Cerca de 34% da população do concelho possui o 1º ciclo do ensino básico;</li> <li>▪ 8,6% da população do concelho não tem nenhum nível de escolaridade;</li> <li>▪ O concelho regista uma taxa de analfabetismo de 5,4%;</li> <li>▪ Poder de compra “per capita” inferior à média Nacional;</li> </ul>
OPORTUNIDADES	AMEAÇAS
<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Localização geográfica privilegiada;</li> <li>▪ Boas acessibilidades ao litoral do Distrito;</li> <li>▪ Existência de medidas operacionais na intervenção da pobreza – Plano Municipal Solidário</li> <li>▪ Constrangimentos atuais como oportunidade de criatividade para novas soluções e para mudança de estilos de vida;</li> <li>▪ Taxas de natalidade superiores à média da sub-região do Tâmega, do Norte e do país;</li> <li>▪ Índice de envelhecimento inferior às três unidades de referência;</li> <li>▪ Comunidade Intermunicipal do Tâmega e Sousa – Agenda Regional para a Empregabilidade;</li> <li>▪ Contrato Local de Desenvolvimento Social + “Penafiel Social”;</li> <li>▪ Programa de Respostas Integradas na área da reinserção;</li> <li>▪ QREN 2014-2020;</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ A situação de crise impulsiona uma intervenção na pobreza, visando a emergência social (reativa e operacional) sem perspetiva preventiva;</li> <li>▪ Ausência de medidas preventivas e estruturantes que atenuem a “nova pobreza”, face ao contexto de crise;</li> <li>▪ Aumento da vulnerabilidade financeira das famílias e das organizações e respetiva dificuldade na identificação dessas famílias – “Pobreza envergonhada” ou “Novos Pobres”;</li> <li>▪ Subsidiodependência;</li> <li>▪ Território com a maior incidência da diabetes, do tumor da traqueia/brônquios/pulmões e doença cerebrovascular;</li> <li>▪ Altas taxas de incidência de tuberculose na zona centro-leste do concelho;</li> <li>▪ Empresas pouco envolvidas nas soluções para a formação;</li> </ul>

---

## **Capítulo IV**

# **PDS Penafiel - PDS Supramunicipal do Tâmega e Sousa**

Numa primeira fase, como resultado de uma reflexão sobre os pontos fortes e fracos, as oportunidades e ameaças da realidade social concelhia, o CLAS através de alguns grupos de técnicos e do seu Núcleo Executivo, sintetizou as suas conclusões através de uma matriz das dimensões-problema/necessidades e da análise SWOT.

Através do Grupo de Trabalho das Redes Sociais, IPSS's e CLDS's+ dos 11 concelhos que compõe a região do Tâmega e Sousa, foi realizado um exercício em contexto da Comunidade Intermunicipal do Tâmega e Sousa, onde foi possível a aplicação da Matriz GUT visando a priorização das dimensões-problema dos 11 concelhos.

No plano da leitura global deste exercício, foi possível identificar 4 níveis de prioridade de intervenção (índice composto entre gravidade/urgência e tendência), classificados numa escala de cor de prioridade decrescente:

**Escala de classificação dos níveis de prioridade das dimensões-problema  
(resultado da aplicação da Matriz GUT)**

<i>Legenda GUT</i>	
+++	[Red]
++	[Orange]
+	[Yellow]
-	[Green]

Considerando os dois níveis que merecem maior atenção no âmbito da intervenção (vermelho e laranja), foi ainda possível realizar o ranking de 16 dimensões-problema, com a seguinte distribuição:

**4.1. Ranking das dimensões-problema do Tâmega e Sousa**

Ranking	Dimensões-problema
1º	Desemprego da população adulta em idade ativa (incluindo DLD)
2º	Desemprego total
3º	Saúde mental
4º	Dependências (alcooolismo, toxicodependência,...)
5º	População em risco/situação de pobreza
6º	Quebra da natalidade
7º	Desemprego jovem / NEET (Jovens que não têm emprego, não estão a estudar ou não participam em ações de formação)
8º	Dinâmica empresarial/empreendedorismo
9º	Endividamento das famílias
10º	Emigração
11º	Violência de género
12º	Lacunas da oferta de educação-formação existente
13º	Articulação entre oferta formativa e necessidades do mercado de trabalho
14º	Crianças e jovens em risco
15º	Grau de habilitações da população ativa residente
16º	Envelhecimento/dependência de idosos

Neste enquadramento global da priorização das dimensões-problema no território do Tâmega e Sousa, importa ter presente as especificidades do contexto concelhio, expressas num conjunto de 11 matrizes-síntese concelhias.

Estas Matrizes evidenciam o posicionamento relativo de cada concelho face à tendência global do Tâmega e Sousa. Nesta lógica, poderão sobrepor-se as dimensões-problema identificadas a vermelho (comuns para a região Tâmega e Sousa) e, por outro lado, surgirão dimensões-problema identificadas a vermelho no concelho de Penafiel que não têm a mesma tradução na região.

#### 4.2. Matriz de Posicionamento das dimensões-problema de Penafiel face à NUT T&S

	Penafiel	NUT T&S
Desemprego da população adulta em idade ativa (incluindo DLD)		
Desemprego total		
Saúde mental		
Dependências (alcooolismo, toxicodependência,...)		
População em risco/situação de pobreza		
Quebra da natalidade		
Desemprego jovem / NEET (Jovens que não têm emprego, não estão a estudar ou não participam em ações de formação)		
Dinâmica empresarial/empreendedorismo		
Endividamento das famílias		
Emigração		
Violência de género		
Lacunas da oferta de educação-formação existente		
Articulação entre oferta formativa e necessidades do mercado de trabalho		
Crianças e jovens em risco		
Grau de habilitações da população ativa residente		
Envelhecimento/dependência de idosos		
Desagregação familiar/Relações familiares		
Habitação (sobrelotação/incidência de alojamentos não clássicos,...)		
Insucesso escolar		
Pessoas com deficiência		
Lacunas de respostas de apoio social (RSI, Subsídios de desemprego, apoios sociais,...)		
Prestação de cuidados de saúde básicos e especializados		
Abandono escolar		
Crianças e jovens com necessidades educativas especiais		
Criminalidade		
Lacunas das respostas/serviços sociais de proximidade		
Imigração		
Analfabetismo		
Cobertura do ensino pré-escolar		
Desigualdades de género no acesso ao emprego		
Falta de competências parentais		
Acessibilidade entre concelhos e inter-freguesias		

## 3.4. Concertação do PDS de Penafiel com o PDS Supramunicipal do Tâmega e Sousa

Plano Estratégico de Desenvolvimento Intermunicipal/ PEDI	PDS Supraconcelhi o Dimensão analítica	Eixo PDS concelhio	Dimensão-problema	Objetivos Estratégicos/ Prioridades de Investimento	Soluções Estratégicas	Âncora	PDS Supra	PDS PNF
Reforçar a inclusão social, a qualidade de vida e a coesão territorial	Capital Humano	III – Educação e Formação para a Empregabilidade e Inclusão	Abandono escolar precoce no ensino secundário	Apostar no combate ao abandono escolar precoce no nível secundário de ensino	Implementação de um mecanismo integrado de orientação vocacional (a partir do <i>mainstreaming</i> horizontal de experiências de sucesso.		X	X
					Operacionalização dos cursos de dupla certificação de nível secundário identificados no Plano Diretor da Oferta Formativa.			X
					Operacionalização de apoios à ação social escolar através de mecanismos de financiamento previstos nos FEEI.			X
					Criação da figura de “Aluno Tutor/Conselheiro” para apoiar alunos em risco de abandono escolar e promover o sucesso educativo		X	X
					Rede para o Sucesso Educativo: projeto educativo intermunicipal de prevenção do abandono e promoção do sucesso educativo, que vise: - Apoiar o funcionamento de equipas multidisciplinares dedicadas ao combate, ao abandono e insucesso escolar e à promoção de prosseguimento de estudos; - Capacitar professores através da partilha de experiências; -Sensibilizar a comunidade para a importância da escola; -Promover a participação dos pais na vida escolar/accompanhamento parental.	X	X	X
			Insucesso Escolar	Reforçar as intervenções orientadas à melhoria do sucesso educativo dos alunos	Operacionalização da oferta de ensino recorrente (regime noturno) como estratégia de recuperação de jovens e adultos que abandonaram o sistema de educação-formação sem concluir o nível secundário de ensino.			X
			Insucesso Escolar	Capacitar o sistema de atores e as organizações	Conceção e implementação do Modelo de formação (objetivos, conteúdos e práticas de formação) destinado aos técnicos da “Rede para o Sucesso Educativo” (desenvolvimento de práticas colaborativas e partilha de experiências orientadas para melhoria de modelos pedagógicos dos professores,...).		X	X

Reforçar a inclusão social, a qualidade de vida e a coesão territorial	Capital Humano	III – Educação e Formação para a Empregabilidade e Inclusão	Baixos níveis de escolarização da população em idade ativa	Promover estratégias de qualificação da população adulta com baixas qualificações	Operacionalização de cursos de dupla certificação para adultos empregados e desempregados com baixas qualificações, privilegiando as áreas identificadas no Plano Diretor da Oferta Formativa.			X
					Projeto de alfabetização de desempregados [em articulação com Envelhecimento Ativo/secção Capital Inclusivo].		X	X
				Promover o investimento da qualificação da população adulta empregada em áreas técnicas especializadas	Protocolo com Empresas para a regulamentação e promoção de incentivos ao encaminhamento de trabalhadores/desempregados para formação profissional, privilegiando a formação técnica especializada nas fileiras-chave e de acordo com as necessidades da empresa.	X		X
			Baixa proporção da população com habilitações equivalentes ao Ensino Superior	Promover o investimento da qualificação da população adulta empregada em áreas técnicas especializadas	Mobilizar empresários representantes das várias fileiras-chave para discussão da proposta do Plano Diretor da Oferta Formativa.	X		X
Reforçar a inclusão social, a qualidade de vida e a coesão territorial	Capital Humano	III – Educação e Formação para a Empregabilidade e Inclusão	Articulação da Oferta de Educação-formação existente	Implementar/melhorar os mecanismos de informação e orientação vocacional	Sistema de informação da oferta formativa e ofertas de emprego, que sirva de suporte às atividades de orientação vocacional e à definição do Plano Diretor da Oferta Formativa.	X		X
					Diagnóstico de necessidades de formação regional (condição de suporte para elaboração do Plano Diretor da Oferta Formativa).	X		X
				Melhorar a capacidade de planeamento e funcionamento da rede da oferta de formação	Plano Diretor da Oferta Formativa e contratualização das suas directrizes com os operadores regionais.	X		X

Plano Estratégico de Desenvolvimento Intermunicipal/ PEDI	PDS Supraconcelhio Dimensão analítica	Eixo PDS concelhio	Dimensão-problema	Objetivos Estratégicos Prioridades de Investimento/	Soluções Estratégicas	Âncora	PDS Supra	PDS PNF
Reforçar a inclusão social, a qualidade de vida e a coesão territorial	Emprego	III – Educação e Formação para a Empregabilidade e Inclusão	Desemprego	Reforçar a capacidade das estruturas e mecanismos de apoio ao emprego	Organização da Feira do Emprego do T&S, focada na promoção dos recursos endógenos e do potencial de criação de emprego associado.	X	X	X
				Apoiar estratégias de criação de emprego	Programa de apoio ao empreendedorismo feminino: promoção de ações de tutoria, consultoria e assistência técnica disponibilizadas a mulheres que pretendem criar o próprio emprego.			X
			Desemprego Jovem	Melhorar as condições de acesso ao mercado de trabalho por parte dos jovens	Estágio Premium – sistema de premiação do mérito escolar com estágios em empresas de qualidade reconhecida.	X	X	X
				Estimular o empreendedorismo jovem	Concurso de projetos educativos: projetos para a promoção da autonomia e da criatividade.		X	X
				Capacitar o sistema de atores e as organizações	Protocolo com o IPP (ou outra Instituição de Ensino Superior) para a promoção de um Curso de Especialização Tecnológica sobre empreendedorismo dirigido aos técnicos que intervêm no apoio à criação de emprego.	X		X

Plano Estratégico de Desenvolvimento Intermunicipal/ PEDI	PDS Supraconcelhio Dimensão analítica	Eixo PDS concelhio	Dimensão-problema	Objetivos Estratégicos Prioridades de Investimento/	Soluções Estratégicas	Âncora	PDS Supra	PDS PNF
Reforçar a inclusão social, a qualidade de vida e a coesão territorial	Capital Inclusivo	IV – Mobilizar a Comunidade e Intervir na Diferença	Saúde Mental e Dependências	Sensibilizar e combater o estigma social associado à doença mental	Eventos de partilha de Experiências e debate público sobre Saúde mental no T&S (âmbito de iniciativas públicas para debate da Saúde mental abertas às populações)		X	X
					Mente aberta – Mude a sua atitude face à doença mental (trabalho nas escolas) Programa de sensibilização nas escolas (Semana da Saúde Mental)		X	X
				Criar respostas ao nível da Saúde Mental que permitam assegurar o acesso a serviços de saúde mental de qualidade	Community Mental Health Teams (Coaching funcional) criação de grupos terapêuticos e grupos de inter-ajuda (IPSS).		X	X
					Criação de grupos de trabalho intersetoriais, no seio das Redes Sociais (setores saúde, social, da justiça, da educação e do emprego) para a implementação de programas inovadores que permitam integrar a saúde mental nas restantes respostas das Redes.		X	X
					Criação de resposta direccionadas à inserção socioprofissional das pessoas com doença mental: (i) Unidade sócio ocupacional; (ii) Equipa de apoio domiciliário.		X	X
					Capacitar o sistema de atores e as organizações que operam no âmbito da Saúde Mental	Formação às famílias/cuidadores como estratégias de melhoria da qualidade do apoio ao doente.  Aplicação informática para gestão de casos e processos das equipas da Rede Social (e.g, Social Code).		X

Plano Estratégico de Desenvolvimento Intermunicipal/ PEDI	PDS Supraconcelhi o Dimensão analítica	Eixo PDS concelhio	Dimensão-problema	Objetivos Estratégicos/ Prioridades de Investimento	Soluções Estratégicas	Âncora	PDS Supra	PDS PNF
Reforçar a inclusão social, a qualidade de vida e a coesão territorial	Capital Inclusivo	III – Educação e Formação para a Empregabilidade e e Inclusão	Fragilidades na dinâmica da Economia Social e urgência de desenvolvimento da mesma	Melhorar a capacidade e qualidade de resposta das organizações da economia social	Protocolo regional para o empreendedorismo social.		X	X
					Formação-ação das organizações da economia social baseada em métodos participativos e instrumentos estratégicos focados na qualidade dos serviços e sustentabilidade das organizações.		X	X
					Promover um Fórum sobre empreendedorismo Social a partir de casos de sucesso em curso no âmbito da intervenção das Redes Sociais (aprendizagem coletiva de exemplos de start-up).		X	X
					Formação sobre conceitos chave no âmbito da economia social e uso de instrumentos financeiros.		X	X
				Apoiar a instalação de projetos de empreendedorismo social	Divulgação do potencial de apropriação pelas diversas entidades públicas e privadas (sectores do calçado e têxtil, onde se verifica maior urgência em intervenções de responsabilidade social – mobilizando associações profissionais e divulgar bons exemplos existentes na indústria).	X	X	X
				II – Trabalhar em Rede: Desafios de uma Solidariedade Partilhada	Violência Doméstica	Apoiar vítimas de violência doméstica	Criação de selos/certificação de responsabilidade social em empresas como fator de competitividade empresarial e económica.	X
	Plataforma intermunicipal em formato gabinete para capacitar empresários da economia social. Preparação e negociação de formação pós graduada em Economia Social (modelo universidade na empresa).		X				X	
	Prevenir a violência doméstica	Rede de IPSS Supraconcelhia que possibilite soluções de emergência (rede de parceria entre instituições)				X	X	
		Evento de partilha de experiências e disseminação de boas práticas para o acolhimento intermunicipal de intervenções concelhias				X	X	
		Constituição de resposta de intervenção integrada com agressores.					X	
		Capacitar o sistema de atores e das organizações que operam no âmbito da violência doméstica	Criação de gabinete de apoio às famílias para potenciar a intervenção familiar e parental numa perspetiva sistémica. Assegurar a mediação familiar para as questões da conflitualidade parental.					X
			Formação das entidades com competência em matéria de infância e juventude de forma a intensificar a intervenção ao nível da 1ª linha na prevenção dos maus tratos infantis.			X		

---

## Capítulo V

# Eixos de Intervenção

Os eixos estratégicos para o desenvolvimento social do concelho representam as oportunidades e potencialidades de convergência na intervenção social direcionando-as para áreas de otimização e impacto.

Os eixos estratégicos pretendem orientar as instituições no desenho das intervenções, fornecer-lhes opções prioritárias e integrá-las estrategicamente no conjunto das outras intervenções.

Pretende-se um conjunto de opções e tipologias de intervenção comuns para o concelho que sejam partilhadas e representem um compromisso institucional contratualizado no PDS.

Na sequência do Diagnóstico Social as problemáticas chave prioritárias aí identificadas resultaram nos seguintes eixos estratégicos:

- Eixo 1** – Instrumentos de Diagnóstico e de Planeamento do concelho;
- Eixo 2** – Trabalhar em Rede – Desafios de uma Solidariedade Partilhada;
- Eixo 3** – Educação e Formação para a Empregabilidade e Inclusão;
- Eixo 4** – Mobilizar a Comunidade e intervir na Diferença.

## Eixo I - Instrumentos de Diagnóstico e de Planeamento do concelho

### FINALIDADE

Elaborar e atualizar um diagnóstico participado da realidade social concelhia, com vista ao desenvolvimento de um plano de ação que atue nas necessidades de intervenção prioritárias e favoreça o desenvolvimento sustentado ao nível social e económico.

- **Objetivo Geral**

Caraterizar o território do concelho de Penafiel e suas dinâmicas, potencialidades e fatores de vulnerabilidade social.

- **Objetivos Específicos**

1. Realizar o pré-diagnóstico social;
2. Concretizar o Diagnóstico Social;
3. Realizar o Plano de Desenvolvimento Social do concelho de Penafiel para o período entre 2015 e 2020;
4. Desenvolver Planos de Ação que atuem em necessidades de intervenção prioritária do concelho de Penafiel entre 2015 e 2020;
5. Construir e atualizar a Carta Social do concelho de Penafiel;
6. Criar uma plataforma digital online que permita aceder às dimensões transversais à realidade concelhia e que suporte os vários eixos de intervenção associados ao desenvolvimento social. Este sistema de informação deverá contemplar dados necessários à atualização dos instrumentos de planeamento da Rede Social do concelho de Penafiel; ser um instrumento de consulta e constante monitorização das atividades desenvolvidas pelos parceiros; e constituir um meio de partilha entre os diversos atores de intervenção.
7. Divulgação dos instrumentos de Diagnóstico e de Planeamento na plataforma *online* de acesso público da Câmara Municipal de Penafiel.
8. Criação de um instrumento partilhado de monitorização e avaliação das ações delineadas com base no PDS 2015-2020.

## Linhas de orientação estratégica

A recolha de informação que fundamenta o Diagnóstico Social do concelho de Penafiel de 2014 foi desenvolvida de forma articulada com diferentes agentes de intervenção social do concelho e de acordo com fontes teóricas especializadas.

O tratamento de dados foi realizado em contexto da Rede Social e tem subjacente a aprovação dos parceiros sociais.

As necessidades de intervenção foram acordadas com base no Diagnóstico Social 2014 e através dos agentes que lidam diretamente com os problemas da população concelhia, com recurso à análise SWOT, como método que impulsionou a estruturação do Plano de Desenvolvimento Social. Este planeamento traduzirá as linhas de ação promotoras de desenvolvimento e inovação social no concelho de Penafiel para o período entre 2015 e 2020, sendo ajustadas de acordo com um processo de constante monitorização e avaliação, que deverá assegurar a exequibilidade das finalidades e objetivos que sustentam as ações.

A Carta Social será construída a partir do levantamento dos equipamentos e serviços sociais do município de Penafiel e sua caracterização, com recurso a inquéritos por questionário que, num primeiro momento da sua aplicação, considerarão questões gerais relativas às associações em termos de identificação, serviços e organização espacial e, numa fase posterior, abordarão aspetos especificamente relacionados com a atividade e situação atual dos respetivos domínios de intervenção.

A criação do sistema de informação digital deverá contemplar por um lado, dados relativos aos serviços de funcionamento, população-alvo e área geográfica abrangida pelas entidades de intervenção local e, por outro lado, instrumentos e material teórico que suportam as ações desenvolvidas em rede. Esta plataforma visa a otimização da intervenção local, por propiciar a articulação entre atores e instituições concelhias, facilitando a agilização das práticas sociais e uma melhor compreensão do impacto das intervenções de forma mais efetiva e atempada.

Finalmente, deverá ser elaborado e implementado um sistema de monitorização e avaliação das ações desenvolvidas em Rede, com vista a garantir, por um lado, um ajustamento contínuo às reais necessidades de intervenção e, por outro lado, apreender a exequibilidade e eficácia dos objetivos definidos, respetivo impacto e transformação social.

## Eixo II . "Trabalhar em Rede: Desafios de uma Solidariedade Partilhada"

### FINALIDADE

Favorecer a comunicação interinstitucional por via da partilha de experiências e conhecimentos que propiciem a definição dos papéis dos atores sociais, implicando um processo de construção de uma identidade de funcionamento em rede enquanto organismo que deverá assegurar a participação ativa dos parceiros no processo de desenvolvimento e inovação social.

- **Objetivo Geral**

Desenvolver mecanismos de ação que promovam competências de *saber-fazer* na concertação das respostas em rede, nomeadamente no "Envelhecimento Ativo".

- **Objetivos Específicos**

1. Definir o planeamento estratégico das principais linhas de intervenção social a concretizar entre 2015 e 2020, com recurso a um método de operacionalização em grupos de trabalho constituídos de acordo com os vários domínios de atuação.
2. Promover a partilha de boas práticas e o conhecimento de problemáticas sociais com as quais os agentes de intervenção podem lidar direta ou indiretamente. Estas atividades visam a identificação de potencialidades e obstáculos que influenciam a eficácia da intervenção e funcionamento em rede;
3. Elaborar um plano formativo direcionado para os parceiros da Rede Social em domínios de atuação considerados prioritários no concelho de Penafiel, recorrendo a entidades especializadas com as quais se deve estabelecer uma estreita colaboração.
4. Eleger comissões de trabalho que concebam projetos na área do envelhecimento ativo, com pertinência para a Rede Social, com renovação anual, quer da equipa, quer do projeto;
5. Organizar encontros de carácter informal entre os parceiros sociais da rede para se realizar o balanço das atividades desenvolvidas no seio da Rede Social de Penafiel.

### Linhas de orientação estratégica

Deverão ser implementadas metodologias de planeamento estratégico participadas por forma a criar modelos de intervenção social não espartilhados nem setorizados. Neste processo, o planeamento estratégico implica a participação de representantes das diversas áreas de atuação das entidades locais, garantindo um processo decisional baseado no consenso o mais generalizado possível acerca dos objetivos e resultados a concretizar, através de instrumentos realizados e validados pelos parceiros. Este processo visa incrementar mecanismos de dinâmica territorial, fomentando a elaboração e execução de ações e projetos delineados em concertação, favorecendo a rentabilização dos recursos e respostas locais.

Para fomentar a partilha de boas práticas entre os parceiros, será necessário organizar ações de informação e formação e fóruns de debate com a participação das instituições locais e convidados que atuem em fenómenos

sociais associados à pobreza e exclusão social (por exemplo, desemprego de longa duração, alcoolismo, tuberculose); bem como a realização de sessões de apresentação e esclarecimento dos mecanismos de ação social do concelho e vias de articulação integrada das respostas. Assim sendo, procura-se promover um maior e mais generalizado entendimento sobre os fenómenos sociais diagnosticados como prioritários no concelho. Estas ações deverão assentar em pressupostos de participação, partilha de práticas de saberes e multidisciplinariedade.

Por sua vez e, complementando as ações mencionadas anteriormente, a formação para os parceiros da Rede Social deverá ser planeada para um ano, em parceria com entidades especializadas nos diversos domínios de intervenção social considerados pertinentes pelas entidades locais. Estas parcerias deverão promover um conhecimento teórico-prático sobre problemáticas diagnosticadas no concelho, através de workshops, ações de formação e seminários.

As comissões de trabalho visam a envolvência dos parceiros num processo de participação ativa, que estimule a operacionalização de ações dirigidas ao envelhecimento ativo, desenvolvidas a partir de equipas de trabalho alternadas, que têm como objeto um interesse comum. Espera-se, assim, que esta dinâmica contribua para a criação de um sentido de identidade que deverá ser construído de dentro para fora, numa lógica de apropriação e implicação no progresso da Rede Social de Penafiel.

Finalmente, os encontros promovidos pela Rede Social devem fomentar um ponto de ligação entre os parceiros sociais em si e por relação à gestão e planeamento da Rede, onde se criará a oportunidade de reflexão em torno das práticas implementadas e desafios a trabalhar no futuro.

## Eixo III . Educação e Formação para a Empregabilidade e Inclusão

### **FINALIDADE**

Conhecer os desafios e potencialidades na ótica dos agentes de educação e formação e dos empregadores, por forma a estimular a sua participação no processo de transição entre os contextos formativos e a inserção profissional. Assim, o reforço de estratégias que promovam modalidades de formação para a inclusão em consonância com a implementação do sentido de responsabilidade social e desenvolvimento sustentável deverá constituir o ajuste entre a empregabilidade e o capital humano.

- **Objetivo Geral**

Promover a concertação entre a qualificação da população e as necessidades do mercado de trabalho, bem como favorecer o desenvolvimento pessoal e social inclusivo aliado à qualificação e inserção profissional.

- **Objetivos Específicos**

1. Conhecer o tecido empresarial do concelho e suas necessidades de empregabilidade;
2. Conhecer a oferta formativa promovida por entidades públicas e privadas de educação e formação profissional no concelho;
3. Informar e sensibilizar a população relativamente à oferta formativa existente e promover ações de orientação vocacional para indivíduos desempregados;
4. Promover a formação contínua ajustada às exigências e necessidades do mercado de trabalho e incentivar medidas de apoio ao empreendedorismo e empregabilidade, a partir de equipas destacadas a intervir nestes domínios;
5. Desenvolver ações que atuem no âmbito da responsabilidade social e de desenvolvimento sustentável no setor empresarial e na população em geral;
6. Favorecer o desenvolvimento de percursos de reinserção sustentados e duradouros dirigidos a populações em situação de vulnerabilidade e exclusão social;
7. Ampliar e diversificar o leque de respostas sociais a partir da otimização e reconversão de equipamentos existentes no sentido de potenciar o desenvolvimento social e comunitário no concelho;
8. Criação de um serviço de intervenção dirigido a crianças e jovens que atue em dimensões de vulnerabilidade psicossocial e previna situações de risco, favorecendo um funcionamento pessoal e social adaptado e integral;
9. Implementar respostas de reinserção social para grupos vulneráveis, por associação a fenómenos de vitimação, comportamento desviante ou outros;
10. Definir estratégias de intervenção direcionadas para a atenuação e erradicação da pobreza das famílias;
11. Desenvolver um serviço de aconselhamento, consultadoria e assessoria a projetos e respostas sociais que promova uma atuação dos atores sociais baseada em pressupostos de eficácia e inovação social.

## Linhas de orientação estratégica

Este eixo de intervenção está particularmente associado às questões de desigualdade de oportunidades em termos de educação, formação e emprego, uma vez que estas dimensões constituem um fator de risco à pobreza e exclusão social. Assim, torna-se impreterível a implementação de modalidades de formação para a inclusão e o reforço do sentido de responsabilidade social e desenvolvimento sustentável, quer em contextos educativos, laborais e até mesmo na população em geral.

Globalmente, será pertinente proceder-se à realização de um estudo que caracterize a dinâmica e articulação entre a oferta formativa e as necessidades do mercado de trabalho. Este deverá ser o ponto de partida para um planeamento estratégico e concertado da intervenção ajustada às necessidades identificadas, por forma a garantir uma adequação entre formação e mercado de trabalho, que se traduza num aumento da empregabilidade. O recurso a instrumentos, como sistemas de informação, que facilitem a divulgação e articulação dos atores do terreno para promover um sistema de respostas integradas nestas áreas será uma mais-valia para prevenir a sobreposição e o desajuste das práticas. Nesta linha de orientação, as ações neste campo deverão operacionalizar-se a partir da sensibilização e formação dos agentes de intervenção<sup>1</sup> para envolvê-los no acompanhamento das várias fases do processo de empregabilidade (educação e formação – transição para o mercado de trabalho – manutenção da situação de emprego). Numa lógica complementar, deve ser considerada a criação de programas e serviços que favoreçam o desenvolvimento de competências pessoais, sociais e de empregabilidade, especialmente para grupos vulneráveis, como é o caso das pessoas com incapacidade, desempregados de longa duração, jovens NEET ou agregados familiares sem elementos empregados.

Deverão, ainda, ser integradas, medidas de prevenção da pobreza das famílias, dando uma atenção especial ao fenómeno da pobreza infantil, uma vez que este poderá restringir o acesso a oportunidades que condicionarão, em larga medida, o desenvolvimento integral dos indivíduos e, num sentido mais lato, da sociedade em geral. Por sua vez, os programas de reinserção social também deverão ser introduzidos nas linhas de ação deste Plano, pois estabelecem um importante nível de intervenção para indivíduos que se encontram numa situação de extrema exclusão social e necessitam de acompanhamento na reabilitação social e de saúde, tendo em vista um processo que incremente a dignidade, autonomia e capacitação deste tipo população como indivíduos de deveres e direitos.

Em jeito de conclusão, importa sublinhar que a eficácia da intervenção deste eixo está fortemente correlacionada com o desempenho das entidades de cariz social e comunitário, pelo que para se ser fiel a um critério de qualidade e eficácia que medeie o impacto das ações desenvolvidas, deverá ser implementado um sistema de consultadoria, aconselhamento e monitorização dos projetos e respostas sociais concelhios.

---

<sup>1</sup> Atores socioinstitucionais que atuem diretamente ou que possam ter influência no âmbito da empregabilidade e formação profissional. Poderão integrar entidades como o IEFP, o setor empresarial, as associações locais e outras com competência nesta matéria.

## Eixo IV . Mobilizar a Comunidade e intervir na Diferença

### FINALIDADE

Criar equipamentos e respostas integradas nas áreas da saúde mental e da deficiência, bem como envolver a comunidade no processo de inclusão social dos indivíduos afetados por estes problemas.

- **Objetivo Geral**

Otimizar os recursos da comunidade a partir da ampliação, da qualificação e da descentralização das respostas ao nível da reabilitação psicossocial, de forma a promover a qualidade de vida de pessoas portadoras de deficiência e/ou com problemas de saúde mental.

- **Objetivos Específicos**

1. Aumentar o número de respostas sociais e de saúde na área da deficiência, a partir da otimização e reconversão dos equipamentos sociais existentes no concelho;
2. Qualificação e inserção profissional de pessoas portadoras de deficiência;
3. Desenvolver respostas integradas de reabilitação psicossocial;
4. Descentralizar medidas sociais e otimizar recursos materiais, técnicos e humanos por forma a facilitar o acesso da população às respostas existentes no concelho.
5. Desenvolver um programa dirigido às famílias que prestam cuidados a pessoas com deficiência e/ou problemas de saúde mental, por forma a reforçar uma reorganização de papéis na proteção e acompanhamento dos seus familiares, num processo que visa a promoção da qualidade de vida e integração social dos mesmos;
6. Promover ações de sensibilização para reduzir o estigma associado a indivíduos portadores de deficiência ou com problemas de saúde mental;
7. Favorecer a participação ativa e inclusiva de pessoas portadoras de deficiência ou com problemas de saúde mental em eventos recreativos, culturais e sociais dirigidos à população em geral.

### Linhas de orientação estratégica

As estratégias delineadas para este eixo de intervenção estarão confinadas à noção de qualidade de vida e integração social de pessoas que apresentam necessidades de cuidados continuados, uma vez que os parceiros sociais do CLAS Penafiel destacaram, por um lado, as dificuldades de dar resposta a toda a população concelhia portadora de deficiência e, por outro lado, as limitações ao nível da prestação de serviços de saúde mental e reabilitação psicossocial para a população sénior que integra as valências de várias instituições sociais do concelho. Assim, as principais linhas de ação neste eixo estarão acordadas em três níveis de atuação. O primeiro diz respeito à sensibilização da população concelhia em geral relativamente ao estigma e discriminação associados a indivíduos portadores de deficiência e/ou com problemas de saúde mental e, ainda, à promoção de ações de informação e formação no âmbito da saúde mental dirigidas a agentes de intervenção que lidam diretamente com estas problemáticas. Neste ponto, torna-se essencial demonstrar a necessidade de se adotar uma abordagem

multidisciplinar, que implique não só a área da saúde, mas também a criação de vínculos sociais ligados à educação, ao trabalho, à justiça, à segurança social e até mesmo à comunidade em geral.

Em segundo lugar, considere-se a necessidade de se implementar uma resposta descentralizada para a área da deficiência, que poderá ser implementada a partir da reconversão de um equipamento já existente no concelho, por forma a garantir o acesso da população mais isolada a nível geográfico a este tipo de serviços. Esta ação deverá ser considerada após a realização de um estudo que proceda ao levantamento da população concelhia portadora de deficiência, sua caracterização e necessidades de intervenção.

O terceiro e último nível de atuação diz respeito ao alargamento dos serviços e à qualidade das respostas nas áreas da deficiência e saúde mental, sendo que este se deverá traduzir num acompanhamento personalizado, que tenha como principais objetivos a promoção da autonomia, estabilidade emocional e integração social. Nesta lógica, na área da deficiência, a intervenção precoce, as modalidades de formação para inclusão e a inserção profissional foram apontados como domínios com necessidades de progressão no concelho. Por sua vez, a constituição de equipas de terreno ou serviços protocolados de reabilitação psicossocial em equipamentos e valências dirigidos à população sénior, sobretudo para problemas de saúde mental associadas ao Alzheimer e à demência será um exemplo das ações a desenvolver neste campo.

Finalmente, considere-se que a criação de um programa dirigido a famílias, prestadores de cuidados ou outros intervenientes significativos no processo de autonomização e criação de sentido para o restabelecimento do exercício da cidadania dos indivíduos portadores de deficiência e/ou com problemas de saúde mental será uma mais valia para o sucesso e eficácia das ações. Este programa deverá ainda delinear ações que atuem na melhoria da qualidade de vida dos próprios cuidadores informais que, tantas vezes, vivenciam uma situação de sobrecarga<sup>2</sup>, que gera implicações em aspetos objetivos como a modificação das rotinas familiares e individuais, limitação das atividades sociais e dificuldades ao nível laboral e financeiro; que, por sua vez, poderão ter um impacto negativo na vivência subjetiva associada a um desgaste emocional.

---

<sup>2</sup> Caracteriza-se pelo síndrome de burnout de indivíduos que prestam cuidados a familiares e/ou outros indivíduos que exigem cuidados específicos devido a incapacidades ou limitações ao nível do funcionamento adaptativo.

---

**Capítulo VI**

**Monitorização,**

**Acompanhamento e Avaliação**

## 5.1. Modelo de Avaliação para o PDS de Penafiel

Esta intenção só será viável se após a fase de planeamento se mantiver uma implicação dos parceiros no processo da rede social pela participação no processo de avaliação.

As especificidades organizacionais do concelho de Penafiel pressupõem no seu desenvolvimento a incorporação de práticas e metodologias de avaliação que sistematizem estrategicamente as oportunidades para o seu direcionamento e modernização técnica e metodológica. Neste contexto a avaliação é especialmente útil e determinante.

O Plano de Desenvolvimento Social funciona como instrumento de trabalho que direciona estrategicamente a intervenção e a sua implementação pressupõe um dispositivo de acompanhamento, monitorização, gestão e avaliação. Este dispositivo tem o objetivo de dinamizar a execução do plano, de o adaptar às novas realidades institucionais e de implicar de maneira ativa os parceiros, corresponsabilizando-os nas atividades a executar e nas decisões sobre a implementação e avaliação do plano.

A organização do PDS em diferentes níveis implica uma prática de avaliação contínua e muito próxima da implementação que sirva de fator corretor e orientador ou mesmo transformador dos próprios projetos de intervenção nele contidos.

Este sistema tem também o objetivo de o adaptar às novas realidades institucionais tornando-o um processo dinâmico e, também, de implicar de maneira ativa e contratualizada os parceiros, apoiando-os tecnicamente na implementação das atividades e nas decisões sobre o planeamento e avaliação do plano.

O PDS implica processos ativos de controlo e qualificação focalizando os parceiros num instrumento comum de trabalho que sirva de fio condutor à intervenção em rede. Este processo de acompanhamento, monitorização, avaliação e gestão pressupõe a identificação de recursos técnicos especializados entre os parceiros, a sua disponibilização nos momentos chave de decisão e um conjunto de processos técnicos padronizados. Funciona como processo de aprendizagem e incorporação do conhecimento produzido na intervenção, qualificando as organizações e os interventores do concelho.

A dinâmica da intervenção em rede implica também elementos ativadores e qualificadores que introduzam compromissos institucionais, ritmos e procedimentos estruturados de interação. A complexidade da intervenção nas realidades sociais atuais implica um elevado grau de rigor metodológico apoiado num conhecimento sistematizado e estruturado. É fundamental o apoio metodológico da avaliação na sistematização das práticas e a sua estruturação orientada para identificar resultados, impactos e efeitos reconhecíveis.

A avaliação permite uma consciência pelas organizações das potencialidades e constrangimentos das respostas implementadas e da dimensão da inovação necessária.

Também o carácter fortemente experimental de muitos projetos implica uma prática de avaliação incorporada na lógica de implementação do PDS que sirva de fator corretor reorientador ou mesmo transformador das práticas.

A avaliação em rede incide na construção de conhecimentos nas organizações para as potencialidades e constrangimentos das respostas implementadas, para a identificação de oportunidades e recursos possíveis e a

dimensão da inovação em todo o processo. Também as oportunidades geradas pela rede social de integração de novos projetos e intervenções, apela para a capacidade de explorar e potenciar as intervenções já existentes e evitar a sobreposição criando complementaridades e sinergias. A avaliação procura capacitar as organizações parceiras de instrumentos de integração e adaptação de modo a evitar intervenções dispersivas e sem impacto no território.

## 5.2. Monitorização e Acompanhamento

A monitorização visa comparar os resultados e processos do executado ou em execução com os resultados projetados e os processos contidos no plano original, através de um registo sistemático das atividades desenvolvidas.

Permite, desta forma, uma maior eficácia e eficiência na concretização dos objetivos, apoiando permanentemente o processo de planeamento e da sua execução, conferindo coerência, moderando conflitos, propondo reajustamentos ou alternativas em caso de dificuldades sentidas ao mesmo tempo que valoriza e corresponsabiliza cada parceiro.

Incide, sobretudo, na verificação da calendarização programada, na realização das ações definidas, na utilização dos recursos humanos e materiais, nos custos e na responsabilidade das organizações ou pessoas. Deverá também considerar a qualidade dos impactos das intervenções ou medidas.

Entendida enquanto ferramenta de gestão-padrão e mecanismo de auto-avaliação, a monitorização e acompanhamento da implementação do PDS será a do Controlo da Execução das Ações previstas em Plano de Ação (2015, 2016, 2017).

Especificando:

### **Objetivos da Monitorização:**

- Construir e aplicar instrumentos de recolha, de sistematização e de retorno da informação;
- Diagnosticar necessidades e oportunidades da intervenção ao nível dos parceiros das instituições;
- Avaliar o desvio entre as atividades previstas em Plano de Ação e as atividades realizadas;
- Acionar os mecanismos de decisão caso a avaliação detete oportunidades ou insuficiências na execução do Plano.

**Entidade Responsável:** Núcleo Executivo do CLAS da Rede Social

**Indicadores:** Os Indicadores de Controlo sobre a execução são os que constam na Matriz de Enquadramento Lógico e nos respetivos Planos de Ação Anuais;

**Mecanismo de Retroação:** Divulgação dos relatórios periódicos de acompanhamento das ações através do Sistema de Informação (Plataforma on-line da Rede Social)

### 5.3. Avaliação no contexto de intervenção em rede

A intervenção social em rede é um espaço de interação pouco regulado e direcionado onde os parceiros estabelecem os seus objetivos num ambiente negocial marcado pela proximidade, relação e partilha de interesses muitas vezes concorrenciais.

#### Tipologia de Avaliação

O modelo de avaliação da rede organizacional é a avaliação participativa – processo de auto avaliação apoiado e orientado metodologicamente. Pretende-se a mobilização ativa e distribuição de responsabilidades pelos parceiros. As tarefas da avaliação devem ser organizadas e distribuídas por todos os patamares da rede com a aplicação de instrumentos e suportes técnicos adequados à sua especificidade.

#### A avaliação do PDS deve ser:

**Contínua** – baseada na avaliação da informação produzida pelo sistema de monitorização com o objetivo de identificar desvios entre o previsto e o realizado que possam ameaçar o trabalho ou potenciá-lo com novas oportunidades;

**Intermédia** – centrada no ciclo dos eixos de intervenção ou de momentos significativos no processo de construção da rede, tendo o objetivo de reenquadrar a intervenção e replanear a intervenção em rede.

**Final** – no término da vigência do PDS deve ser efetuada a avaliação final centrada nos resultados, efeitos da intervenção e respetivos impactos. Esta avaliação será sobretudo orientadora das etapas seguintes da intervenção identificando as boas práticas, as novas necessidades e as mudanças produzidas.

#### Participantes

A avaliação deverá implicar e envolver todos os parceiros da rede de modo a gerar consensos sobre as aprendizagens e novas orientações a definir. Esta participação pretende garantir que se construam novos compromissos para a ação e para a mudança. A avaliação deve ser conduzida e operacionalizada pelo Núcleo Executivo da rede na posição de suporte metodológico. As modalidades de participação dos parceiros na avaliação devem ser definidas a partir do seu enquadramento organizacional na rede; entidades gestora ou parceiro de projeto, grupo temático ou rede específica onde se integra.

#### Pressupostos organizacionais para a avaliação:

- Clima de transparência e partilha de informação;
- Compromisso claro para a incorporação das conclusões da avaliação;
- Identificação e legitimação dos responsáveis pela avaliação;
- Integração das atividades da avaliação nos planos de ação das organizações e da rede social;
- Contrato prévio sobre os instrumentos, metodologia e objetivos da avaliação.

## Áreas de incidência da avaliação

A avaliação em rede organizacional focaliza a sua incidência em **três dimensões de análise**:

### 1 – Avaliação da arquitetura organizacional da rede

Nesta dimensão são considerados os seguintes indicadores chave:

Indicadores de avaliação da arquitetura organizacional da rede

<b>Indicadores inter-organizacionais</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Níveis de partilha e acesso a informação relevante</li> <li>- Articulação e integração das intervenções</li> <li>- Níveis de parceria e contratualização</li> <li>- Projetos integrados inter-organizações</li> <li>- Desenho das parcerias e grupos de organizações</li> <li>- Interfaces e interações organizacionais</li> </ul>
<b>Indicadores de desenvolvimento organizacional</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Capacitação técnica e institucional</li> <li>- Níveis de integração técnica e metodológica</li> <li>- Níveis de produção e partilha de conhecimento</li> <li>- Integração de novos grupos e redes</li> </ul>

### 2 – Avaliação da intervenção em rede

Nesta dimensão a avaliação é centrada no processo, na intervenção dos parceiros e na execução das actividades previstas mas também na aferição da relevância e pertinência dos objetivos tal como foram traçados no âmbito do PDS. A avaliação nesta dimensão pretende operacionalizar o rácio *input/output* da intervenção social do concelho inserida e integrada na rede (PDS) ou na sua globalidade.

Indicadores de avaliação da intervenção em rede

<b>Indicadores de resultado:</b> (Verificados nas Matrizes de Enquadramento Lógico e nas intervenções chave do concelho)	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Respostas, Produtos, Serviços</li> <li>- Metodologias</li> <li>- Integração e partilha de recursos</li> <li>- Qualidade das respostas aos utentes</li> </ul>
<b>Indicadores de efeito / das intervenções incluídas no PDS:</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Sustentabilidade</li> <li>- Qualidade das respostas</li> <li>- Boas práticas da intervenção</li> <li>- <i>Empowerment</i></li> <li>- Igualdade de oportunidades</li> <li>- Empregabilidade</li> <li>- Dinâmica empresarial</li> <li>- Direitos de cidadania</li> <li>- Inovação social organizacional</li> <li>- Proximidade e acessibilidade social</li> <li>- Equidade territorial das respostas sociais</li> </ul>
<b>Indicadores de Impacto</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Quadro estatístico do pré diagnóstico/diagnóstico</li> <li>- Referencial de desenvolvimento social do concelho</li> </ul>

### 3 – Avaliação estratégica

Nesta dimensão a avaliação é centrada na construção e clarificação de orientações estratégicas da intervenção social, na definição e consenso sobre as prioridades emergentes e novas abordagens e redefinição contratual das redes e parcerias de intervenção.

#### Indicadores estratégicos:

- Visão estratégica de desenvolvimento social;
- Modelos de intervenção;
- Orientações e perspetivas de intervenção;
- Opções estratégicas de organização e funcionamento em rede.

#### Plano de avaliação

##### Objetivos da avaliação do PDS

Alcançados em 2020 com a avaliação final:

1. Oportunidades de intervenção integrada das organizações e complementaridade das respostas identificadas e operacionalizadas;
2. O desenvolvimento social do concelho é mensurável;
3. As organizações incorporam a auto avaliação como prática de parceria;
4. Competências de avaliação acessíveis às organizações no concelho;
5. Rede social faz a avaliação “*on going*” e final participada da sua intervenção;
6. Os resultados da avaliação são divulgados e apropriados pelos parceiros.

##### Passo a passo da avaliação

1. Os indicadores de impacto são referenciados e operacionalizados pelos projetos e intervenções;
2. Definidos os sistemas de registo e verificação da informação;
3. Os técnicos responsáveis pela ativação da avaliação nas organizações estão identificados e formados;
4. Está definido o modelo de relatório de avaliação;
5. O sistema de *feedback* está definido e contratualizado;
6. Os destinatários da avaliação estão identificados.

#### 5.4. Metodologia de Implementação

- Acompanhamento das reuniões de CLAS e Núcleo executivo;
- Acompanhamento e avaliação dos projetos estruturantes;
- Acompanhamento e avaliação dos grupos temáticos;
- Elaboração dos relatórios periódicos de avaliação com a informação sistematizada;

- Elaboração de relatórios de acompanhamento com sugestões de melhoria;
- Moderação e facilitação de *workshops* de avaliação dos projetos e intervenções em curso;
- Divulgação dos resultados em seminários temáticos;
- Avaliação e autoavaliação da participação na rede social;
- Apresentação de resultados em CLAS com recomendações ativas de melhoria;
- Propostas metodológicas e técnicas para a implicação dos parceiros na rede;
- Avaliação dos resultados do sistema de monitorização;
- Integração no sistema de informação do conhecimento produzido na avaliação;
- Apresentação em seminário da avaliação de impactos e do desenvolvimento social do concelho.

### **Responsabilidade técnica**

Equipa técnica de avaliação (a definir)

### **Constituição da parceria de suporte:**

Parceiros do Núcleo Executivo e competências académicas disponíveis.

### **Princípios orientadores da equipa de avaliação**

- Define os termos de referência da avaliação;
- Prepara e organiza os processos de avaliação;
- Assegura a logística da avaliação;
- Elabora o plano de avaliação (definidas responsabilidades técnicas pelos parceiros);
- Assegura a execução do relatório de avaliação.

### **Sistema de feedback**

A devolução aos parceiros e organizações é fundamental no sistema de avaliação.

Momentos previstos para a análise e reflexão sobre os resultados da avaliação:

- Núcleo Executivo
- Reuniões temáticas do CLAS
- Reuniões de Grupos de Trabalho

## SISTEMA DE AVALIAÇÃO, MONITORIZAÇÃO E ACOMPANHAMENTO

### 5.5. Matriz de Enquadramento Lógico

<b>I - Eixo de Intervenção</b> <b>Instrumentos de Diagnóstico e de Planeamento do concelho</b>	<b>Indicadores</b>	<b>Fontes de Verificação</b>	<b>Atores Sociais Envolvidos</b>
<p><u>Objetivo Geral</u></p> <p>Até 2015 estarão divulgados todos os instrumentos de diagnósticos e planeamento do concelho de Penafiel.</p> <p><u>Objetivos Específicos</u></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Em 2015 deverá ser validado o diagnóstico social, que constituirá a base para a definição das linhas de ação do plano de desenvolvimento social de Penafiel para o período 2015-2020;</li> <li>Em 2015 serão disponibilizados online todos os documentos produzidos pela Rede Social;</li> <li>Até ao final do ano 2016 deverá estar a funcionar a Plataforma Interativa da Rede Social Penafiel, com diferentes níveis de acesso, nomeadamente uma base de acesso restrito e outra para consulta pública.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Método participado de identificação das necessidades evidenciadas ao nível concelhio;</li> <li>Instrumentos de recolha, sistematização e retorno da informação construídos e administrados ;</li> <li>Planos de ação de intervenção social acordada com os parceiros sociais e em conformidade com as dimensões problema diagnosticadas;</li> <li>Relatórios de Atividade para avaliar o desvio entre as atividades previstas em plano de ação e as atividades realizadas no final de cada ano civil;</li> <li>Protótipo operacional da Plataforma de base informática da Rede Social Penafiel;</li> <li>Ações com os parceiros para a dinâmica funcional da Plataforma da Rede Social Penafiel;</li> <li>Acesso à Plataforma on-line de informação partilhada.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Nº de reuniões de partilha e articulação de informação relevante entre os parceiros sociais;</li> <li>Nº de instrumentos de recolha, sistematização e retorno da informação construídos e administrados ;</li> <li>Nº de Planos de Ação;</li> <li>Nº de Relatórios de Atividade;</li> <li>Plataforma de base informática da Rede Social;</li> <li>Nº de Ações de informação para Plataforma da Rede Social;</li> <li>Nº de parceiros nas ações de informação;</li> <li>Nº de acessos à Plataforma on-line da Rede Social.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Parceiros do CLAS da Rede Social</li> </ul>

**Matriz de Enquadramento Lógico**

<b>II - Eixo de Intervenção</b> <b>Trabalhar em Rede: Desafios de uma Solidariedade Partilhada</b>	<b>Indicadores</b>	<b>Fontes de Verificação</b>	<b>Atores Sociais Envolvidos</b>
<p><u>Objetivo Geral</u></p> <p>Até 2020 devem estar estabelecidos mecanismos que melhorem a comunicação e a partilha entre os parceiros sociais, bem como implementado um sistema de monitorização dos recursos existentes, ações desenvolvidas e documentos criados na Rede Social Penafiel.</p> <p><u>Objetivos Específicos</u></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Em 2015 deverão ser constituídas comissões organizadoras que definam um cronograma do plano de formação e partilha de boas práticas, de forma a equacionar um esquema de resolução de problemas ao nível da articulação e integração das respostas existentes no concelho;</li> <li>Em 2015 estarão agendados encontros semestrais que promovam a reflexão e avaliação em torno das principais limitações e ganhos da intervenção já implementada. Estes encontros deverão culminar numa alternativa e respetiva reestruturação das estratégias consideradas.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Execução das instruções de monitorização dos recursos e atividades existentes;</li> <li>Nº de fóruns, seminários e projetos realizados, promovidos pelas equipas de trabalho da Rede entre 2015 e 2020;</li> <li>Nº de técnicos envolvidos nos fóruns, seminários e projetos;</li> <li>Nº de áreas disciplinares e temáticas envolvidas nos fóruns, seminários e projetos;</li> <li>Nº de reuniões das Sub-redes Institucionais .</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Elaboração de um <i>Manual de boas práticas e procedimentos interinstitucionais</i> que contribua para um entendimento adequado dos fenómenos sociais analisados e uma maior concertação e celeridade desde a sinalização dos casos até à conclusão da intervenção;</li> <li>Lista de presenças de participação em fóruns, seminários e projetos;</li> <li>Folhetos/panfletos dos fóruns, seminários e projetos;</li> <li>Relatório de avaliação do ponto de situação que espelhe o progresso da concertação das respostas planeadas em Rede, tendo por base o preenchimento de um documento institucional, criado a partir das Sub-redes Institucionais.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Grupos de trabalho constituídos pelos parceiros da Rede Social;</li> <li>Entidades convidadas com competência em matéria de cariz social e do Associativismo.</li> <li>Elementos que compõem as 4 sub-redes Institucionais.</li> </ul>

<b>III - Eixo de Intervenção</b> <b>Educação e formação para a empregabilidade e inclusão</b>	<b>Indicadores</b>	<b>Fontes de Verificação</b>	<b>Atores Sociais Envolvidos</b>
<p><b>Objetivo Geral</b></p> <p>Em 2020 deverão estar garantidas vias de qualificação ajustadas ao mercado de trabalho e verificar-se uma redução da taxa de desemprego do concelho de Penafiel.</p> <p><b>Objetivos Específicos</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Em Janeiro de 2016 será comunicado e devidamente esclarecido às entidades de educação e formação e ao setor empresarial as principais necessidades evidenciadas pelo mercado de trabalho ao nível da educação e formação do concelho.</li> <li>Em 2016 as entidades de educação e formação deverão fundamentar as intenções de candidatura com base nas necessidades identificadas e, neste sentido, concertar a respetiva oferta entre as próprias entidades e com o setor empresarial;</li> <li>Até ao final de 2020 deverá verificar-se um aumento da integração profissional, nos locais de estágio, de alunos que frequentaram ensino profissionalizante, através de um acompanhamento e envolvimento de entidades de educação e formação e empresas no processo de transição escola-trabalho.</li> <li>Em 2015 deverão ser criadas modalidades de formação para a inclusão.</li> <li>Até 2020 deverá verificar-se um aumento do número de projetos empreendedores implementados no concelho.</li> <li>No final do ano 2016 deverá verificar-se uma articulação dos recursos e medidas sociais entre as várias instituições sociais, de modo a que a plataforma que será criada para a Rede Social Penafiel expresse o número de partilhas efetuadas, traduzindo uma racionalização e otimização de meios e equidade territorial das respostas sociais.</li> <li>Até 2017 deverão estar criados projetos de intervenção dirigidos a crianças e jovens que atuem em dimensões de vulnerabilidade psicossocial; de reinserção social para grupos de indivíduos que vivenciam problemáticas específicas; e de apoio a famílias em situação de pobreza.</li> <li>Até 2020 deverão estar concluídas ações de sensibilização e formação no âmbito da responsabilidade social para o setor empresarial, que, por sua vez, deverão iniciar a implementação de medidas neste campo de atuação.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Nº de cursos de formação nas mesmas áreas;</li> <li>Nº de protocolos estabelecidos entre entidades de educação e formação e empresas;</li> <li>Nº de indivíduos inseridos no mercado de trabalho ou em modalidades de formação;</li> <li>Nº de ações de informação relativas às ofertas formativas e cumprimento das mesmas numa data prévia ao período de candidatura da maioria dos cursos;</li> <li>Monitorização contínua da Plataforma da Rede Social Penafiel;</li> <li>Nº de indivíduos e população-alvo dos projetos de intervenção;</li> <li>Nº de processos instaurados de promoção e proteção em cada ano civil desde 2015 até 2020;</li> <li>Nº de protocolos de avaliação do impacto dos projetos de intervenção;</li> <li>Nº de ações desenvolvidas no âmbito da Responsabilidade Social.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Estudo que caracterize a articulação entre a oferta formativa do concelho e as necessidades do mercado de trabalho;</li> <li>Matriz de enquadramento da oferta formativa do concelho, ajustada e concertada entre as várias entidades de formação;</li> <li>Informação disponível dos cursos de formação e respetivas entidades promotoras na Plataforma da Rede Social Penafiel;</li> <li>Relatórios finais de ciclos formativos dos cursos, que indique a taxa de conclusão e a transição destes para a inserção dos formandos no mercado de trabalho;</li> <li>Relatório da utilização da Plataforma da Rede Social no final de cada ano civil;</li> <li>Relatórios do PRI e do CLDS;</li> <li>Relatório Anual da CPCJ;</li> <li>Planos de Ação e respetivos Relatórios de Atividades das empresas e instituições sociais, que espelhem a intervenção ao nível da Responsabilidade Social e Desenvolvimento Sustentável.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Agenda para a Empregabilidade do Tâmega e Sousa</li> <li>CLDS</li> <li>Agrupamentos de Escola;</li> <li>Escola Secundária;</li> <li>IPSS locais;</li> <li>Entidades de Educação e Formação,</li> <li>IEFP, IP;</li> <li>Setor Empresarial;</li> <li>AEP,</li> <li>ACES VSS;</li> <li>CPCJ Penafiel;</li> <li>Entidades externas com competência na matéria.</li> </ul>

<b>IV - Eixo de Intervenção</b> <b>Mobilizar a comunidade e intervir na diferença</b>	<b>Indicadores</b>	<b>Fontes de Verificação</b>	<b>Atores Sociais Envolvidos</b>
<p><b>Objetivo Geral</b></p> <p>Em 2020 deverão ser apresentados projetos que garantam o acesso e melhorem a qualidade dos serviços prestados na área da deficiência e da saúde mental</p> <p><b>Objetivos Específicos</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Em 2016 deverá ser apresentado um projeto geograficamente descentralizado no concelho que atue na área da deficiência;</li> <li>Até ao final de 2020 deverá registar-se um aumento do número de indivíduos portadores de deficiência integrados em modalidades de formação para a inclusão e em estágios profissionalizantes, com vista à inserção profissional;</li> <li>Até 2016 deverá ser desenvolvido um serviço de apoio no âmbito da reabilitação psicossocial, que deve constar no conjunto de respostas integradas do município, pelo que deverá estar acessível na Plataforma da Rede Social de Penafiel;</li> <li>Em 2016 estará implementado um programa de apoio às instituições que prestam cuidados a pessoas com deficiência e/ou problemas de saúde mental;</li> <li>Entre 2015 e 2020 deverão realizar-se ações de educação e sensibilização, para a população em geral, e ações de formação profissionais em torno de temáticas associadas à saúde mental;</li> <li>Entre 2015 e 2020 deve registar-se um aumento do número de indivíduos portadores de deficiência que participam em atividades recreativas, culturais e sociais dirigidos à população em geral.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Nº de protocolos de colaboração estabelecidos entre as associações que atuem na área da deficiência, entidades que promovam formação para a inclusão, empresas que disponibilizem estágios e/ou atividades profissionais protegidos e o IIEFP, IP;</li> <li>Nº de indivíduos portadores de deficiência incluídos em modalidades de formação para a inclusão e consequente integração em estágios profissionalizantes que promovam a inserção profissional;</li> <li>Nº de ações de sensibilização no âmbito da Saúde Mental dirigidas à população em geral;</li> <li>Nº de instituições e indivíduos que beneficiam do serviço no âmbito da reabilitação psicossocial na área da saúde mental;</li> <li>Nº de ações de sensibilização dirigidas às entidades de cariz social e associativo para a inclusão de pessoas portadoras de deficiência nos eventos programados.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Estudo que caracterize as necessidades da população concelhia ao nível da intervenção na área da deficiência e no âmbito da saúde mental;</li> <li>Relatório de avaliação da qualidade e eficácia do projeto de intervenção descentralizado na área da deficiência;</li> <li>Nº de pessoas em lista de espera nos serviços dirigidos à área da deficiência;</li> <li>Registo do grau de execução em termos de população abrangida do serviço de apoio no âmbito da saúde mental;</li> <li>Estudo follow-up que caracterize as pessoas integradas no mercado de trabalho por via das modalidades de formação para a inclusão;</li> <li>Registo das ações de sensibilização no âmbito da deficiência e saúde mental na Plataforma da Rede Social.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>IPSS;</li> <li>ISS,IP; ACES VSS; Unidade Hospitalar Padre Américo;</li> <li>IIEFP,IP;</li> <li>CLDS</li> <li>Associativismo; Entidades de educação e formação;</li> <li>Famílias, envolventes significativos e profissionais de saúde que lidam diretamente com a problemática;</li> <li>Outros profissionais e entidades externas com competência na matéria.</li> </ul>

---

## Capítulo VII

# Dispositivos de Planeamento Integrado

## 6.1. Sistema de Articulação

Criar condições para promover e integrar progressivamente as várias parcerias e iniciativas locais, num projeto global e concertado, visando um desenvolvimento local sustentado e sustentável, é uma das grandes finalidades da Rede Social.

É sobretudo através da concomitância de metas, objetivos, estratégias e formas de ação, possibilitada principalmente pela constituição de parcerias e de trabalho em rede, que se poderão desenvolver intervenções integradas e multisetoriais que respondam eficazmente ao carácter multidimensional dos fenómenos de pobreza e exclusão social

Desta forma, é uma das preocupações principais da Rede Social de Penafiel e de todos os seus instrumentos, a constituição de espaços que constituam um suporte para a ação, permitindo a mobilização dos recursos locais e institucionais e das diferentes competências existentes na comunidade, referindo-se e promovendo projetos de ação coletivos.

Porém, é necessário que na constituição e manutenção das parcerias haja uma estruturação simples e desburocratizada, facilitadora do diálogo, da participação e da decisão. A flexibilidade na organização e a procura de resultados para a resolução dos problemas ou para a criação de novas respostas é, por questões de viabilidade, uma das questões essenciais.

Em conformidade com estas condições estipulou-se para este PDS e como objetivo primordial da sua operacionalidade diversas medidas de articulação e integração, que desenvolvessem e co-responsabilizassem as diversas parcerias constituídas ou formassem outras tidas por necessárias.

### 6.1.1. Mecanismos de Integração e Articulação

Foram assim definidas um conjunto de medidas e objetivos que possibilitassem e promovessem essa articulação, tendo em conta os modelos de cooperação e articulação das parcerias locais já existentes, nomeadamente, as referentes às Comissões de Proteção de Crianças e Jovens, aos Núcleos Locais de Acompanhamento do Rendimento Social de Inserção, às parcerias dos vários projetos que visam a inclusão e o desenvolvimento social. Teve-se em conta, um fator apontado por vários intervenientes no processo de elaboração do PDS, que se relaciona com o facto de haver uma multiplicidade de parcerias locais, podendo ter um efeito perverso relacionado com a dispersão de esforços dos técnicos locais, pela multiplicidade de reuniões com temáticas sobrepostas.

Considera-se, portanto, que é de vital importância:

- Definir o objeto da cooperação e equacionar em conjunto o contributo de cada parceiro, de maneira a evitar a sobreposição dos serviços, das competências e funções dos técnicos, nomeadamente entre aqueles que dão apoio aos mesmos beneficiários – repensar o Atendimento Integrado;

- Definir ações e abordagens concretas e integradas, envolvendo os parceiros, que permitam ajustar os diferentes modos de intervenção e proporcionar uma aprendizagem da cooperação – na área do envelhecimento, da deficiência e das demências;
- Planificar conjuntamente as reuniões das principais parcerias institucionais, visando evitar duplicações de reuniões e de temas constantes das respetivas ordens de trabalho;
- Corresponsabilizar os parceiros envolvidos no desenvolvimento e sucesso do conjunto das ações, pressupondo que os vários agentes definam, uma estratégia comum com vista à rentabilização de recursos e tempo;
- Partilhar informação sobre as atividades, medidas e projetos que operam no local, principalmente das entidades que intervêm no mesmo domínio, através do Sistema de Informação da Rede Social – criação de uma plataforma on-line.

## Possibilidades e Formas de Articulação

Possibilidades de Articulação		Formas de Articulação
- CPCJ; - RSI; - UASS	Objetivos Metodologia Resultados	- Fóruns de articulação semestral; - Definição de atuações concertadas; - Implementação de um Sistema de Informação
- Projetos e Instituições	Objetivos Metodologia Resultados	- Planeamento conjunto e integrado de projectos e candidaturas; - Sustentação de parcerias contínuas; - Implementação de um Sistema de Informação
- Procedimentos e funcionamento orgânico das Instituições	Objetivos Metodologia Resultados	- Grelha de monitorização e avaliação internas; - Definição e repartição dos circuitos de resposta; - Complementaridade e Integração do Atendimento
- Instituições; - Técnicos; - Dirigentes	Objetivos Metodologia Resultados	- Formação/Workshops específicos; - Encontros temáticos para técnicos e dirigentes

**Compromisso e contratualização para a Ação**

Admite-se que promovendo todas estas medidas, o trabalho local de articulação entre as diversas parcerias e modelos de cooperação, permita melhorar e alargar o apoio aos grupos mais vulneráveis, mesmo que, em determinados casos tenham que ser adaptadas certas estruturas institucionais de forma a viabilizar a sua implementação.

A Rede Social será assim, uma metodologia de ação que promove e possibilita: o planeamento integrado e participado; o trabalho e reforço das parcerias; a aprendizagem organizacional, a optimização e rentabilização dos recursos materiais e humanos; a contribuição para o desenvolvimento de atuações preventivas apoiando mais congruentemente as populações e as comunidades.

Foram identificados pelos grupos de trabalho temáticos diferentes níveis e contextos de articulação: I) a articulação de sub-redes institucionais (parcerias); II) a articulação inter-serviços visando o desenvolvimento de ações/projetos em conjunto e III) a articulação extraconcelhia (com outros CLAS e Plataforma Supraconcelhia).

## ARTICULAÇÃO DE SUB-REDES INSTITUCIONAIS (PARCERIAS)

### - Articulação Inter-Serviços de Ação Social

Reunião de Articulação Semestral, entre diferentes medidas e serviços, nomeadamente:	
<ul style="list-style-type: none"> <li>- CLAS</li> <li>- NLI</li> <li>- CPCJ</li> <li>- UASS</li> <li>- CLDS+</li> <li>- PRI – Espaço Percursos</li> <li>- Outros serviços de Atendimento de Ação e Inclusão Social</li> </ul>	
<b>Resultados:</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Aumento dos recursos disponíveis;</li> <li>• Racionalização e otimização de meios;</li> <li>• Transversalidade estratégica;</li> <li>• Qualidade dos projetos e candidaturas;</li> <li>• Nível de articulação e complementaridade;</li> <li>• Integração das intervenções;</li> <li>• Projetos estruturantes;</li> <li>• Abordagem sistémica da intervenção;</li> <li>• Coerência global da intervenção;</li> <li>• Suportes e linguagens comuns na abordagem dos problemas.</li> </ul>
<b>Entidades Promotoras:</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Núcleo Executivo do CLAS</li> </ul>
<b>Periodicidade:</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Semestral.</li> </ul>
<b>Metodologia:</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Constituição de um núcleo técnico que inclui representantes de todas as sub-redes;</li> <li>• Preparação de propostas de ação e diagnóstico parcelar conjunto;</li> <li>• Workshops temáticos para avaliação planeamento da ação a partir das propostas técnicas;</li> <li>• Validação em cada sub-rede.</li> </ul>

### - Articulação das Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS's) concelhias

<b>Fórum das Associações</b>	
<ul style="list-style-type: none"> <li>- Reunião Semestrais dos Diretores Técnicos das IPSS's do concelho.</li> <li>- Reuniões Semestrais dos Dirigentes Associativos</li> <li>- Articulação com Instituições do concelho sem fins lucrativos.</li> </ul>	
<b>Resultados:</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Articulação das atividades das instituições;</li> <li>- Informação estratégica partilhada;</li> <li>- Plano de formação identificado;</li> <li>- Estratégias de intervenção sócio-familiar definidas e articuladas;</li> <li>- Planos de atividades e ação partilhados e participados.</li> <li>- Criação do Fórum das IPSS's;</li> <li>- Promotores identificados;</li> <li>- Parceiros identificados;</li> <li>- Complementaridades identificadas;</li> <li>- Integração de intervenção definida;</li> <li>- Plano operacional de implementação.</li> <li>- Guia de Recursos para Candidaturas</li> <li>- Avaliações partilhadas;</li> <li>- Plano de candidaturas;</li> <li>- Projetos delineados;</li> <li>- Articulação entre as parcerias dos diferentes Projetos</li> </ul>
<b>Entidades Promotoras:</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Núcleo Executivo da Rede Social;</li> <li>- IPSS's;</li> <li>- Associações de cariz social</li> </ul>
<b>Periodicidade:</b>	Semestralmente / Contextual

<b>Metodologia:</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Constituição de um núcleo técnico e diretivo preparatório;</li> <li>- Avaliação das respostas prestadas;</li> <li>- Criação de uma plataforma de Informação</li> <li>- Workshops das IPSS'S para apreciação e validação das propostas e recomendações.</li> <li>- Pesquisa e oportunidades de candidaturas e projetos;</li> <li>- Pesquisa de novas medidas de intervenção social;</li> <li>- Disponibilização prévia de informação relevante;</li> <li>- Diagnóstico participado e atualizado;</li> <li>- Carta Social Concelhia atualizada;</li> <li>- Construção de visão comum;</li> <li>- Planeamento integrado e participado dos projetos e intervenções.</li> <li>- Edição de um Boletim Informativo sobre o Associativismo.</li> </ul>
---------------------	---

- Articulação das Entidades Formativas intervenientes no Concelho

<b>Comissão para a Qualificação</b>	
- Grupo orientado para a formação profissional do concelho visando a concertação e a complementaridade da formação.	
<b>Resultados:</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Disponibilização partilhada da oferta formativa</li> <li>- Diagnóstico de Necessidades Formativas (DNF)</li> <li>- Elaboração de um Plano de Formação Profissional Integrado</li> </ul>
<b>Entidades Promotoras:</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Agrupamentos de Escola</li> <li>- Escola Secundária</li> <li>- Entidades de Formação Profissional</li> <li>- IEFP</li> </ul>
<b>Periodicidade:</b>	Anual / Contextual
<b>Metodologia:</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Integração no Sistema de Informação da Rede Social</li> <li>- Reuniões</li> </ul>

- Articulação entre o PRI e os parceiros do CLAS de Penafiel

<b>Núcleo Territorial do Programa de Respostas Integradas de Penafiel</b>	
- Grupo orientado para a intervenção que integra abordagens e respostas interdisciplinares, de acordo com alguns tipos de intervenção, como a prevenção, dissuasão, tratamento, redução de riscos e minimização de danos e reinserção, e que decorre dos resultados do diagnóstico de um território identificado como prioritário na área dos comportamentos aditivos e dependências;	
<b>Resultados:</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Aumentar a abrangência, a acessibilidade, a eficácia e a eficiência das intervenções, dirigindo-as a grupos específicos;</li> <li>- Desenvolver um processo de melhoria contínua da qualidade da intervenção através do reforço da componente técnico-científica e metodológica;</li> <li>- Aumentar o conhecimento sobre o fenómeno dos comportamentos aditivos e dependências e promover a realização de intervenções coerentes e sustentáveis no tempo e no território;</li> </ul>
<b>Entidades Promotoras:</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- SICAD – Centro de Respostas Integradas do Porto Oriental</li> <li>- Associação para o Desenvolvimento de Figueira</li> </ul>
<b>Periodicidade:</b>	Contextual
<b>Metodologia:</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Integração no Sistema de Informação da Rede Social</li> <li>- Reuniões</li> </ul>

## ARTICULAÇÃO EXTRA-CONCELHIA

Articulação Inter CLAS ao nível da NUT III – Plataforma Territorial Supraconcelhia do Tâmega  
 - CIM – Agenda Regional para a Empregabilidade

Plataforma Territorial Supraconcelhia do Tâmega CIM – Agenda Regional para a Empregabilidade do Tâmega e Sousa	
<b>Realização de Encontros, visando a reflexão conjunta sobre as necessidades, a unidade territorial, definirem-se estratégias concertadas e partilhar informação sobre boas práticas</b>	
<b>Resultados:</b>	- Definição de estratégias regionais para colmatar necessidades; - Partilha de Informações.
<b>Entidades Promotoras:</b>	- CIM Tâmega e Sousa /Centro Distrital da Segurança Social do Porto
<b>Periodicidade:</b>	- Bimensal/Trimestral
<b>Metodologia:</b>	- Reuniões CIM; - Reuniões Plataforma Territorial Supraconcelhia; - Workshops de reflexão, planeamento e avaliação.

### 6.2. Contextos de Integração

Um dos desafios que se coloca à Rede Social e aos seus instrumentos metodológicos (Diagnóstico Social, Plano de Desenvolvimento Social, Planos de Ação) é o de ser capaz de integrar as várias medidas de política (local, regional e nacional), os instrumentos existentes ao nível de diversos organismos, instituições e setores, numa ação concertada e coerente de desenvolvimento social.

O fator decisivo de integração social deverá estabelecer-se de acordo com o princípio de convergência das medidas económicas, sociais e ambientais, entre outras, com vista à promoção das comunidades locais, através de ações planificadas, executadas e avaliadas de uma forma conjunta, fazendo apelo à participação de todos os intervenientes locais e à congregação dos recursos de todos, para a resolução dos problemas sociais.

A Rede Social, assenta nos princípios de ação: subsidiariedade, integração, articulação, participação e inovação, capazes de garantir a funcionalidade do dispositivo criado e dar coerência às atuações desenvolvidas.

Tem-se, portanto, ao mesmo tempo que se analisa e se faz corresponder a intervenção social aos contextos socioeconómicos, de os contextualizar aos diversos níveis de planeamento, execução e quadros de referência estratégica. Para isso, houve um cuidado especial na abordagem e integração dos diversos instrumentos de planeamento, de maneira a considerar permanentemente as mudanças sociais no concelho e o aparecimento de novos recursos ou potencialidades, designadamente no respeitante a planos enquadradores da intervenção, a programas e a medidas, não descurando outras fontes de planeamento e de financiamento. De uma forma adaptativa, eficiente e participada, há a possibilidade de continuamente incorporar no planeamento as novas circunstâncias. Esta postura será sustentada pelo recurso, sempre que se justificar, a *Workshops* de planeamento, protagonizados pelos diferentes grupos temáticos de trabalho, implicando quem melhor se apropriar aos objetivos estipulados.

Podemos então verificar os diversos níveis de integração de instrumentos de planeamento locais e os instrumentos de planeamento regionais e nacionais enquadradores do PDS.

## 6.2.1. INTEGRAÇÃO DE INSTRUMENTOS LOCAIS DE PLANEAMENTO NO PDS

### Carta Educativa

A Carta Educativa do Município de Penafiel visa identificar os equipamentos e as ofertas educativas existentes, procurando simultaneamente encontrar respostas de reajustamento e redimensionamento da rede escolar concelhia, de acordo com as orientações definidas pelo Ministério da Educação.

É um instrumento que permite adequar a oferta educativa e formativa face à procura que se vier a verificar, em resultado das dinâmicas demográficas e socioeconómicas sentidas, numa perspetiva de otimização dos recursos. É efetivamente de um instrumento de planeamento e de apoio à decisão, que incorporando um manancial de informação permite uma melhor gestão do sistema educativo local.

Começa por caracterizar a rede educativa e formativa concelhia, na dupla vertente de oferta e procura, incidindo a informação recolhida em diferentes itens, como sejam, a localização dos estabelecimentos escolares, capacidade instalada, a evolução da oferta e da procura, as áreas de influência dos equipamentos, análise de fluxos, entre outros.

Após a fase de diagnóstico procurou-se desenvolver um conjunto de propostas de reordenamento da rede escolar, avançando com situações concretas de redimensionamento de alguns equipamentos, construção de novos e suspensão do funcionamento de outros, sustentadas no procura registada e nas projeções da população escolar para os próximos anos.

### Carta Social

A Carta Social Concelhia pretende integrar medidas e políticas definidas ao nível social, favorecendo a sua adequação ao contexto local; racionalizar e adequar os recursos e iniciativas em curso em cada freguesia; rentabilizar as entidades e instituições locais; encontrar soluções inovadoras, facilitadas pelo conhecimento direto dos problemas da rede de equipamentos e serviços sociais.

Em fase de atualização, a Carta de Equipamentos Sociais tem como objetivos principais:

- Efetuar o levantamento dos equipamentos e serviços existentes em cada uma das freguesias do concelho de Penafiel, em particular os de apoio à infância, à população idosa, às pessoas com deficiência e à Família e Comunidade;
- Caracterizar a oferta de equipamentos a nível municipal, de acordo com as suas valências, taxas de ocupação, apoios técnicos e financeiros;
- Conceber uma base de dados geográfica organizada, com a localização e caracterização das tipologias de equipamentos existentes, de suporte à gestão e ao planeamento dos mesmos, colaborando, para o efeito, com o SIG (Sistema de Informação Geográfico).

### Plano Diretor Municipal

O Plano Diretor Municipal é um instrumento coordenador da política de ordenamento do território e de gestão dos espaços componentes do concelho, bem como um instrumento regulador de política de desenvolvimento económico e social.

O planeamento e ordenamento territorial é uma condição primordial para a criação de condições necessárias à fixação da população, à melhoria dos níveis de qualidade de vida e de bem estar e à criação da infra-estruturação necessária para o desenvolvimento económico, social e cultural.

Determina e revela o ordenamento e articulação espacial dos diferentes componentes setoriais. Procede ao equilíbrio na distribuição dos equipamentos coletivos e dos serviços públicos e à coordenação dos programas municipais com os da administração central e regional;

Uma área não menos importante relaciona-se como a proteção do meio ambiente e dos valores patrimoniais e também implica a referenciação dos projetos a condições municipais relativamente aos valores arquitetónicos, paisagísticos e ambientais das diversas áreas em questão.

## **Sistema de Informação Geográfica Municipal**

O Setor de Informação Geográfica Municipal (SIG Municipal) é parte integrante da Divisão de Cartografia, Desenho, Topografia e Sistema de Informação Geográfica Municipal, que por sua vez, está inserida no Departamento de Gestão Urbanística da Câmara Municipal de Penafiel.

O percurso de Implementação do Sistema de Informação Geográfica Municipal teve início no ano de 2002.

O primeiro passo, dado na conceção do Sistema de Informação Geográfica, foi a elaboração de uma proposta para a “Estruturação e Organização Operacional do Sistema de Informação Geográfica na Câmara Municipal de Penafiel”.

A criação e desenvolvimento do Sistema de Informação Geográfica Municipal assenta no objetivo estratégico da interação, partilha e troca de informação por parte dos serviços para o desempenho das suas próprias funções e da sua própria sobrevivência.

Fomentar o estímulo de uma cultura de disponibilização de informação estruturada e de qualidade será a prioridade máxima para este setor.

## **Plano Municipal de Emergência**

O Plano Municipal de Emergência para o concelho de Penafiel, é um instrumento que os Serviços Municipais dispõem para o desencadeamento das operações de proteção civil, com vista a possibilitar uma unidade de direção e controlo, para coordenação das ações a desenvolver e gestão de meios e recursos mobilizáveis, face a um acidente grave, catástrofe ou calamidade, tendo em vista minimizar os prejuízos e perdas de vidas e o restabelecimento da normalidade.

## **Plano Municipal Solidário**

Atendendo à atual conjuntura económica que o país atravessa, a Câmara Municipal de Penafiel implementou um Plano Municipal Solidário com medidas concretas, que visa minimizar problemas reais, nos seguintes eixos: Emprego; Taxas Sociais; Habitação; Ação Social; Educação; Saúde.

Este plano serve como instrumento de intervenção social nos problemas reais dos cidadãos e pretende dar assistência a situações cujo sistema de proteção social não abarque, e constituir uma ação complementar ao mesmo.

## **Rede Municipal de Instalações e Espaços Desportivos**

Documento referencial com indicadores quantitativos e respetiva localização geográfica dos equipamentos desportivos, de acordo com as normas diretivas do Conselho da Europa.

## **Projeto “Semear Penafiel”**

O projeto “Semear Penafiel” assenta em dois princípios básicos:

O incentivo à produção agrícola em modo biológico e o combate ao abandono das terras agrícolas.

A agricultura biológica é um modo de produção agrário que procura a obtenção de alimentos de elevada qualidade, recorrendo a técnicas que garantam a sua sustentabilidade, preservando o solo e o meio ambiente, evitando o recurso a produtos químicos de síntese e adubos facilmente solúveis, privilegiando assim a utilização dos recursos locais, dignificando o agricultor e o meio socioeconómico onde este se insere.

Por outro lado, importa considerar as potencialidades do município de Penafiel no que toca à aptidão do solo para a produção agrícola, o princípio da multifuncionalidade da agricultura enquanto atividade económica, com impacto importante ao nível social, ambiental e de ocupação do espaço rural e a importância que a valorização desses recursos endógenos, quando bem gerida, tem para a paisagem, cultura e economia local.

## **Plano Municipal de Promoção da Acessibilidade**

O Programa Municipal de Promoção de Acessibilidade é um programa estratégico que tem por objetivo a melhoria da acessibilidade no município.

Este programa é simultaneamente um plano e um processo. Plano, porque enquadra medidas estratégicas e revela ações estruturantes de forma a tornar eficientes as intervenções. Processo, porque envolve populações, associações e entidades de modo a inserir dinâmicas municipais capazes de manter esse desígnio cívico de integração na agenda de trabalho de toda a comunidade.

Este programa, de natureza multidisciplinar, abordará as temáticas do espaço público, do edificado, dos transportes, da comunicação, do design e da infoacessibilidade.

## **Plano Municipal de Segurança Rodoviária**

A sinistralidade rodoviária é fruto do desenvolvimento civilizacional e do aumento da circulação de veículos na rede viária. As suas causas estabelecem-se numa dinâmica em que intervêm quatro fatores inter-relacionados: humano, veículo, via e ambiente.

Para fazer face à elevada sinistralidade rodoviária registada em Portugal a Autoridade Nacional de Segurança Rodoviária, através da Estratégia Nacional de Segurança Rodoviária, propõe-se a promover um conjunto de atividades desenvolvidas por entidades públicas e privadas, de forma transversal, tendo em vista a concretização de objetivos claros, precisos e quantificáveis, em matéria de segurança rodoviária.

De modo a prosseguir com o objetivo de tornar Portugal num dos dez países europeus com índices de sinistralidade mais baixos, é necessária a intervenção de entidades públicas e privadas, bem como da comunidade em geral.

Neste quadro, a Câmara Municipal de Penafiel aderiu ao desafio lançado pela Autoridade Nacional de Segurança Rodoviária e pelo Governo Civil do Porto e, em parceria com a Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto, elaborou o seu Plano Municipal de Segurança Rodoviária em Dezembro de 2011. Este documento tem como objetivos combater a sinistralidade rodoviária e apontar medidas para a melhoria das infra-estruturas e ordenamento do trânsito do concelho de Penafiel.

O Plano Municipal de Segurança Rodoviária pretende promover medidas eficazes para estimular os automobilistas e peões a cumprirem as regras de segurança, de forma a reduzir a exposição destes ao risco de acidente. O alcance destas medidas será alavancado com uma clara aposta em ações de sensibilização.

A concretização deste plano apenas é possível através do envolvimento das várias áreas internas da autarquia, bem como entidades externas, designadamente a GNR, que direta ou indiretamente possam contribuir para a melhoria da mobilidade, do comportamento cívico e da prevenção rodoviária.

## 6.2.2. INSTRUMENTOS DE PLANEAMENTO REGIONAIS E NACIONAIS ENQUADRADORES DO PDS

### Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável 2005-2015

A Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável (ENDS) para o período 2005/15, consiste num conjunto coordenado de atuações que, partindo da situação atual de Portugal, com as suas fragilidades e potencialidades, permitam neste horizonte temporal, assegurar um crescimento económico célere e vigoroso, uma maior coesão social e um elevado e crescente nível de proteção e valorização do ambiente.

O grande propósito da ENDS 2005-2015 é o de:

*“Fazer de Portugal, no horizonte de 2015, um dos países mais competitivos da União Europeia, num quadro de qualidade ambiental e de coesão e responsabilidade social”.*

Os grandes desafios impostos pelo contexto e dinâmicas atuais ao desenvolvimento sustentável, enquadrados na agenda e nas diversas políticas comunitárias (Estratégia de Lisboa e de Gotemburgo), pela necessidade de inter-relacionamento dos seu três pilares (Competitividade, Emprego e Inclusão Social, Ambiente e Prevenção de Riscos) e pela integração das questões ambientais nas políticas sectoriais são sintetizados neste documento:

- Reforçar a Sintonia com a Dinâmica do Comércio Internacional, Através de um Reforço da Atratividade;
- Fixar Talentos e Qualificar Recursos Humanos;
- Utilizar Plenamente as Oportunidades Abertas pelas Tecnologias da Informação e Comunicação;
- Valorizar e Proteger as Dimensões Estratégicas dos Territórios;
- Assegurar a Proteção Ambiental, Gerando Novas Atividades;
- Ser Flexível na Organização Social, sem Comprometer a Coesão Social;
- Gerir Riscos, Gerando Poupanças para Investimento Reprodutivo.

OBJETIVO	PRIORIDADES ESTRATÉGICAS
1. Preparar Portugal para a Sociedade do Conhecimento	1.1. Consolidação do ensino básico e expansão da educação e formação de nível secundário, garantindo a melhoria da qualificação de base; 1.2. Melhoria da qualidade e estímulo à mobilidade no ensino superior; 1.3. Aceleração do desenvolvimento científico e tecnológico; 1.4. Dinamização da aprendizagem ao longo da vida (alv), aumentando os níveis habilitacionais e de qualificação; 1.5. Mobilização da sociedade para uma maior criatividade artística e cultural.
2. Crescimento sustentado e competitividade à escala global	2.1. Um novo impulso à inovação empresarial; 2.2. Uma economia competitiva à escala global, orientada para actividades de futuro e criadora de emprego; 2.3. Uma sociedade e uma economia preparadas para tirar partido das tecnologias da i informação e comunicação;

3. Melhor ambiente e valorização do património natural	2.4. Crescimento económico mais eficiente no uso de energia e recursos naturais e com menor impacto no ambiente, designadamente nas alterações climáticas. 3.1. Combate às alterações climáticas; 3.2. Gestão integrada da água e seu aproveitamento eficiente; 3.3 Gestão integrada do ar; 3.4. Atividades agrícolas e florestais desenvolvidas em base sustentável, compatibilizadas com a conservação da natureza e a valorização da paisagem; 3.5. Conservação da natureza e da biodiversidade articulada com as políticas setoriais e de combate à desertificação; 3.6. Aproveitamento dos oceanos como fator de diferenciação e desenvolvimento; 3.7. Gestão dos riscos naturais e tecnológicos mobilizando a participação da população interessada; 3.8. Gestão integrada de resíduos;
4. Mais equidade, igualdade de oportunidades e coesão social	4.1. Equidade, melhor prestação e sustentabilidade financeira dos sistemas de proteção social; 4.2. Reforço da prevenção e reabilitação orientadas para ganhos em saúde; 4.3. Dinâmica de emprego que promova a qualidade de vida no trabalho e a integração social; 4.4. Sociedade inclusiva que promova redes de solidariedade e comunidades dinâmicas.
5. Melhor conectividade internacional do país e valorização equilibrado do território	5.1. Melhor conectividade internacional do país; 5.2. acessibilidades que contribuam para a coesão territorial e para um modelo territorial mais policêntrico; 5.3. Cidades atrativas, acessíveis e sustentáveis; 5.4. Apoios reforçados a regiões com mais graves défices de desenvolvimento.
6. Papel ativo de Portugal na construção europeia e na cooperação internacional	6.1. Fortalecimento da posição de Portugal no contexto da cooperação para o desenvolvimento internacional; 6.2. Estruturação de uma rede de relações privilegiadas com a Europa; 6.3. Reforço das relações com outras regiões inovadoras e dinâmicas do mundo; 6.4. Fortalecimento dos laços entre os estados de língua portuguesa e reforço da sua intervenção internacional; 6.5. Valorização das comunidades portuguesas.
7. Uma administração pública mais eficiente e modernizada	7.1. Domínio de informação e reflexão estratégica; 7.2. Reestruturação da administração; 7.3. Reforma dos regimes da função pública; 7.4. Modernização dos sistemas e processos, com uso intensivo das tecnologias de informação e comunicação; 7.5. Qualificação e valorização do serviço público; 7.6. Modernização dos sistemas de educação, saúde e justiça.

Articulação		Objetivos ENDS 2005-2015
<b>Eixos PDS - Penafiel</b>	Eixo I	
	Eixo II	X
	Eixo III	X
	Eixo IV	

## QREN 2014-2020

A Estratégia Europa 2020, lançada em Março de 2010 pela Comissão Europeia, constitui uma visão para a economia social de mercado da Europa para a próxima década, baseando-se em três áreas prioritárias interdependentes e que se reforçam mutuamente:

- 1) um crescimento inteligente - desenvolvendo uma economia baseada no conhecimento e na inovação;
- 2) um crescimento sustentável - promovendo uma economia hipocarbónica (i.e. com baixas emissões de carbono), eficiente em termos de recursos e competitiva;
- 3) e um crescimento inclusivo - promovendo uma economia com altas taxas de emprego e que assegure a coesão social e territorial.

Tendo em conta os diferentes pontos de partida em cada Estado Membro, os objetivos fixados serão avaliados através das seguintes metas:

- 75 % da população de idade compreendida entre os 20 e os 64 anos deve estar empregada;
- 3 % do PIB da UE deve ser investido em I&D;
- Cumprimento dos objectivos em matéria de clima/energia “20/20/20”;
- Taxa de abandono escolar precoce deve ser inferior a 10 % e pelo menos 40% da geração mais jovem deve dispor de um diploma do ensino superior;
- 20 milhões de pessoas devem deixar de estar sujeitas ao risco de pobreza.

Para atingir estes objectivos, a Comissão propõe uma Agenda Europa 2020 que consiste numa série de iniciativas emblemáticas, entre as quais se destacam:

- i) Agenda para novas qualificações e novos empregos com vista a criar condições para a modernização dos mercados de trabalho, aumentar as taxas de emprego e assegurar a sustentabilidade dos modelos sociais;
- ii) Plataforma europeia contra a pobreza com vista a assegurar a coesão económica, social e territorial, permitindo que as camadas mais pobres e socialmente excluídas da população desempenhem um papel activo na sociedade.

A Estratégia 2020 baseou-se na necessidade de alterar a situação europeia em termos de emprego, competências e de pobreza, traduzida nos seguintes indicadores:

### a) Emprego:

- A população activa na Europa está a diminuir como resultado da evolução demográfica;
- A taxa de emprego é particularmente baixa para as mulheres (63% contra 76% para os homens com idades entre 20-64) e os trabalhadores mais velhos, com idades entre 55-64 (46% contra 62% nos EUA e no Japão);
- Os europeus trabalham poucas horas (10% menos do que nos EUA ou no Japão);
- Elevado desemprego dos jovens (mais de 21%) devido à crise económica, tornando mais difícil para as pessoas que estão fora do mercado de trabalho encontrar emprego.

### b) Competências/qualificações:

- A UE tem cerca de 80 milhões de pessoas com baixas qualificações ou qualificações básicas, beneficiando menos de aprendizagem do que as pessoas mais educadas;
- Em 2020, 16 milhões de empregos exigirão qualificações de alto nível, e haverá apenas 12 milhões de empregos de baixas qualificações;
- Aquisição de novas qualificações/competências é cada vez mais importante.

### c) Combate à pobreza:

- 80 milhões de pessoas estavam em risco de pobreza, incluindo 19 milhões de crianças, mesmo antes da crise;
- 8% das pessoas que trabalham estão abaixo do limiar da pobreza.

A estruturação estratégica do PORTUGAL 2020 por domínios (temáticos e transversais) e por objetivos:

PORTUGAL 2020: Estruturação Estratégica		
Domínios	Domínios Transversais	
	Abordagem Territorial	Reforma da Administração Pública
Domínios Temáticos	<b>Competitividade e Internacionalização</b>	<b>Objetivos Temáticos Centrais:</b> OT 1 – Reforçar a investigação, o desenvolvimento tecnológico e a inovação; OT 2 – Melhorar o acesso às tecnologias da informação e comunicação, bem como a sua utilização e qualidade; OT 3 – Reforçar a competitividade das pequenas e médias empresas e dos setores agrícolas, das pescas e da aquicultura; OT 7 – Promover transportes sustentáveis e eliminar os estrangulamentos nas principais redes de infraestruturas; OT 11 – Reforçar a capacidade institucional e uma administração pública eficiente; <b>Outros Objetivos Temáticos:</b> OT 8 – Promover o emprego e apoiar a mobilidade laboral.
	<b>Inclusão Social e Emprego</b>	<b>Objetivos Temáticos Centrais:</b> OT 8 – Promover o emprego e apoiar a mobilidade laboral OT 9 – Promover a inclusão social e combater a pobreza
	<b>Capital Humano</b>	<b>Objetivo Temático Central:</b> OT 10 – Investir no ensino, nas competências e na aprendizagem ao longo da vida
	<b>Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos</b>	<b>Objetivos Temáticos Centrais:</b> OT 4 – Apoiar a transição para uma economia com baixas emissões de carbono em todos os setores; OT 5 – Promover a adaptação às alterações climáticas e a prevenção e gestão de riscos; OT 6 – Proteger o ambiente e promover a eficiência dos recursos.

A Comissão Europeia vem colocar a economia social e a inovação social no cerne das suas preocupações, quer em termos de coesão territorial quer em termos de pesquisa de soluções originais para os problemas da sociedade, nomeadamente na luta contra a pobreza e a exclusão, no quadro da Estratégia 2020.

As empresas sociais contribuem para um crescimento inteligente, sustentável e inclusivo, privilegiando a dimensão humana e a coesão social e constituindo um pilar importante para o cumprimento dos objetivos da Estratégia Europa 2020

Frequentemente, as empresas sociais são mais produtivas e mais competitivas do que se pensa, devido ao empenho pessoal muito forte dos seus trabalhadores e às melhores condições de trabalho que as estas empresas oferecem;

As empresas sociais são capazes de responder às necessidades ainda não satisfeitas através da inovação social.

Articulação		Objetivos Portugal 2020
Eixos PDS - Penafiel	Eixo I	
	Eixo II	X
	Eixo III	X
	Eixo IV	X

## AGENDA DIGITAL 2015

O foco do Plano Tecnológico na Agenda Digital 2015 visa criar valor e oportunidades de internacionalização a partir das competências adquiridas e das redes desenvolvidas, tendo em conta os novos desafios da economia internacional e o forte investimento em curso nas Redes de Nova Geração para disponibilizar uma cobertura nacional de banda larga de nova geração.

Tendo em conta os desafios que se colocam a Portugal para os próximos anos, bem como as prioridades europeias para a política de competitividade traduzidas na estratégia Europa2020 e na escolha da agenda digital e da inovação como primeiras bandeiras dessa Estratégia, a Agenda Digital 2015 concretiza cinco linhas prioritárias de ação.

Agenda Digital 2015	
Linhas Prioritárias de Ação	Descrição
Domínios Temáticos	<b>Redes de Nova Geração</b> Instalação de uma rede de telecomunicações de âmbito nacional, com elevadas capacidades de transmissão e de largura de banda disponível para o utilizador, que potencie a criação de serviços de alto valor acrescentado para os cidadãos e para as empresas, com impacto na sua eficiência, contribuindo também para a redução das emissões de carbono e promova a igualdade e a unidade nacional, quer social quer económica. Finalmente, deverá criar condições para o desenvolvimento de empresas de serviços e produtos avançados na área das TICE- Tecnologias da Informação Comunicações e Electrónica, com capacidade de internacionalização.
	<b>Melhor Governação</b> Garantir o acesso dos cidadãos e das empresas a melhores serviços públicos, em complemento do elevado patamar de disponibilização online já alcançado. Identificação e promoção de soluções com impacto na sociedade portuguesa e com elevado potencial de exportação.
	<b>Educação de Excelência</b> Criar plataformas que motivem os diferentes actores da comunidade educativa a implementar práticas que potenciem a utilização de ferramentas TIC em contexto de ensino e aprendizagem e dinamizem o mercado de conteúdos no contexto do espaço de língua oficial portuguesa.
	<b>Saúde de Proximidade</b> Desenvolver e implementar plataformas inteligentes que optimizem a prestação de cuidados de saúde de proximidade, gerando soluções exportáveis para outros mercados. Assegurar que a informação de saúde do cidadão está disponível, para o cidadão e para o profissional de saúde que lhe preste serviços, de forma adequada e segura, no local e no instante em que é necessária.
	<b>Mobilidade Inteligente</b> Desenvolver soluções tecnológicas de mobilidade e suporte à mobilidade Inteligente e à optimização energética, com forte incorporação tecnológica nacional, tendo por base as competências nacionais nas tecnologias de informação, nas redes inteligentes ( <i>smart grids</i> ) e no conhecimento sobre as tecnologias associadas à mobilidade eléctrica, gerando “clusters exportadores” que funcionarão em forte articulação com os pólos de competitividade e os clusters industriais já existentes em fase de adaptação aos novos paradigmas.

Articulação		Políticas e Objetivos Transversais Agenda Digital 2015
Eixos PDS - Penafiel	Eixo I	X
	Eixo II	
	Eixo III	
	Eixo IV	X

## PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO RURAL 2014-2020

O apoio ao desenvolvimento rural é um instrumento fundamental ao dispor do país para a promoção do setor agro-florestal e do desenvolvimento territorial equilibrado. O exercício de programação é decisivo para que este instrumento contribua para melhorar a produção alimentar viável, a criação de emprego em todo o território nacional, a gestão sustentável dos recursos naturais e o combate às alterações climáticas.

Em 2014 inicia-se um novo período de programação de fundos comunitários, nos quais se insere o apoio ao desenvolvimento agrícola e rural a financiar pelo Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural (FEADER). De modo a acomodar a nova arquitetura que a União Europeia adota, bem como garantir a continuidade dos principais regimes de apoio, importa colocar à disposição dos agentes os instrumentos adequados para cumprir os objetivos nacionais e comunitários para o desenvolvimento rural, no atual contexto da crise económica, da pressão sobre as finanças públicas e a crescente necessidade de mobilização dos recursos para o investimento privado.

Em conformidade com a estratégia Europa 2020 e com os objetivos gerais da PAC, foram definidos três **objetivos estratégicos a longo prazo** para a política europeia de desenvolvimento rural no período de 2014-2020:

- estimular a competitividade da agricultura;
- assegurar a gestão sustentável dos recursos naturais e medidas no domínio do clima;
- realizar um desenvolvimento territorial equilibrado das economias e comunidades rurais, incluindo a criação e manutenção de emprego;

A reforma de 2013 introduziu as seguintes alterações:

- melhoria da abordagem estratégica para a elaboração de programas regionais de desenvolvimento rural;
- reforço das medidas de desenvolvimento rural;
- simplificação das regras e/ou redução dos encargos administrativos sempre que possível;
- estabelecimento de uma relação mais estreita entre a política de desenvolvimento rural e os outros fundos europeus estruturais e de investimento;

Os países da UE devem elaborar os seus programas regionais de desenvolvimento rural com base, pelo menos, em quatro das **seis prioridades comuns a nível da UE**:

1. Fomentar a transferência de conhecimentos e a inovação nos setores agrícola e florestal e nas zonas rurais;
2. Reforçar a viabilidade das explorações agrícolas e a competitividade de todos os tipos de agricultura e incentivar as tecnologias agrícolas inovadoras e a gestão sustentável das florestas;
3. Promover a organização de cadeias alimentares, o bem-estar animal e a gestão de riscos na agricultura
4. Restaurar, preservar e melhorar os ecossistemas relacionados com a agricultura e a silvicultura
5. promover a utilização eficiente dos recursos e apoiar a transição para uma economia de baixo teor de carbono e resistente às alterações climáticas nos setores agrícola, alimentar e florestal
6. promover a inclusão social, a redução da pobreza e o desenvolvimento económico das zonas rurais

Articulação		PDR 2014-2020
Eixos PDS - Penafiel	Eixo I	
	Eixo II	X
	Eixo III	X
	Eixo IV	

## NORTE 2015

O Norte 2015 é um documento estratégico regional para o desenvolvimento da Região do Norte, elaborado pela Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte (CCDRN).

É concebido enquanto um diagnóstico prospetivo, o delineamento de uma visão de futuro e a seleção das prioridades estratégicas para o seu desenvolvimento. É este um trabalho essencial para a preparação das próximas intervenções operacionais e para a definição dos correspondentes dispositivos institucionais, administrativos e financeiros

Partindo de quatro domínios fundamentais – o Território, as Pessoas, as Instituições e as Atividades Económicas – definiu para a Região do Norte, uma VISÃO ESTRATÉGICA para a Competitividade e o Desenvolvimento.

Traça quatro possíveis cenários de evolução socioeconómica para a Região Norte no período 2005-2015:

- Cenário “Norte Cercado” - Um Cenário de Continuidade
- Cenário “Norte Assistido” - Uma Visão Sustentável de Desenvolvimento
- Cenário “Norte Tecno-(Metro)politano”- Uma Visão Tecnológica para Inverter o Ciclo de Declínio a Médio Prazo
- Cenário “Norte em Rede” - Uma Visão Policêntrica de Desenvolvimento Sustentável a Longo Prazo

O cenário do “Norte em Rede” é aquele que, de facto, permite, simultaneamente, uma Região competitiva mas, igualmente, uma Região com grande equilíbrio territorial, assente num modelo de desenvolvimento mais harmónico, equilibrado e, por essa razão, sustentável.

<b>Norte em Rede – Uma Visão Policêntrica de Desenvolvimento Sustentável a Longo Prazo</b>	
<b>Prioridades</b>	<b>Objetivos Específicos</b>
I. Promover a intensificação tecnológica da base produtiva regional;	1. Intensificação tecnológica das indústrias tradicionais (têxtil e vestuário, calçado e madeira e mobiliário), a que se tornará necessário adicionar também outros factores de competitividade relacionados seja com a qualidade industrial (moda, design, atenção pela evolução dos mercados e pelo gosto dos consumidores), seja com um maior domínio dos circuitos de comercialização e dos canais de distribuição; 2. Intensificação tecnológica pela via do aumento considerável do peso de actividades industriais, hoje, ainda emergentes, tanto na área das tecnologias da informação, comunicação e electrónica como na área da biotecnologia, com aplicações/ interfaces em ramos como o alimentar ou o da saúde; 3. Intensificação tecnológica sob forma de desenvolvimento de uma plataforma de prestação de serviços de elevado valor acrescentado, muitos deles transaccionáveis, como o podem ser muitos dos novos serviços na área da saúde ou da investigação e desenvolvimento.
II. Assegurar, sustentadamente, a competitividade regional	1. Desenvolvimento dos aspectos sistémicos da competitividade, através da intervenção sobre a envolvente imaterial (reforço da internalização de várias externalidades positivas resultantes da inserção em rede, cooperação no quadro das infra-estruturas de apoio e associação entre as empresas) e material (integração da protecção ambiental como factor de competitividade das empresas, redes de logística, produção e distribuição de energia, etc.); 2. Promoção de um ensino de qualidade aos mais diversos níveis e de processos de formação contínua e de aprendizagem ao longo da vida; 3. Qualificação e competitividade da Área Metropolitana e das principais cidades médias que constituem os núcleos estruturantes do sistema urbano regional.
III. Promover a inclusão social e territorial.	1. Promoção de uma sociedade inclusiva e da igualdade de oportunidades; 2. Melhoria da equidade dos cidadãos no acesso aos principais bens e serviços públicos; 3. Revitalização de zonas degradadas dos principais centros urbanos e das áreas rurais em forte declínio populacional; 4. Valorização dos recursos do(s) território(s) da Região.

## PLANO NACIONAL DE SAÚDE 2012-2016

O Plano Nacional de Saúde (PNS) é um conjunto de orientações, recomendações e ações concretas, de caráter estratégico, destinadas a capacitar e promover o *empowerment* do Sistema de Saúde para cumprir o seu potencial. Considera-se que a capacidade de manter e promover o potencial de saúde está sob a responsabilidade do cidadão, das famílias, das comunidades, das organizações da sociedade civil e do sector privado e social, assim como do nível de planeamento estratégico nacional. O PNS propõe recomendações e envolve estes agentes, procurando demonstrar como os seus esforços são decisivos para a missão social e para a concretização de uma visão comum de Sistema de Saúde.

São considerados quatro Eixos Estratégicos:

- **Cidadania em Saúde;**
- **Equidade e Acesso adequado aos Cuidados de Saúde;**
- **Qualidade em Saúde;**
- **Políticas Saudáveis.**

O PNS explicita e enquadra quatro objetivos para o Sistema de Saúde (OSS):

**1 - Obter Ganhos em Saúde** - O desenvolvimento do Sistema de Saúde deve refletir-se na obtenção de ganhos mensuráveis em saúde das populações e subgrupos, através da identificação de prioridades e alocação de recursos aos vários níveis, considerando as intervenções custo-efetivas com maior impacto.

**2 - Promover Contextos Favoráveis à Saúde ao Longo do Ciclo de Vida** - Fomentar contextos saudáveis ao longo do ciclo de vida implica a promoção, proteção e manutenção da saúde; a prevenção, tratamento e reabilitação da doença, permitindo uma visão integrada das necessidades e oportunidades de intervenção de modo contínuo (WHO, 2002), específico de cada contexto. Permite sobrepor visões de articulação e de integração de esforços entre contextos.

**3 - Reforçar o Suporte Social e Económico na Saúde e na Doença** - A saúde é um bem individual e social e os mecanismos de solidariedade e proteção na doença são determinantes para a coesão, justiça e segurança social. A capacidade do Sistema de Saúde para promover o suporte social e económico na saúde e na doença implicam a clarificação do papel dos vários agentes do sistema, o reforço dos mecanismos e a sustentabilidade do próprio Sistema.

**4 - Fortalecer a Participação de Portugal na Saúde Global** - Os Sistemas de Saúde devem ser abertos, interdependentes, de desenvolvimento rápido e capazes de resposta rápida a novas ameaças. O Sistema de Saúde deve partilhar a inovação, articular-se internacionalmente, contribuir para o reforço e o desenvolvimento solidário de outros sistemas e incorporar os avanços internacionais.

Articulação		PNS 2012-2016
Eixos PDS - Penafiel	Eixo I	
	Eixo II	X
	Eixo III	
	Eixo IV	X

## Plano Nacional de Saúde Mental 2007-2016

Embora escassos, os dados existentes sugerem que a prevalência dos problemas de saúde mental não se afastará muito da encontrada em países europeus com características semelhantes, ainda que os grupos mais vulneráveis (mulheres, pobres, idosos) pareçam apresentar um risco mais elevado do que no resto da Europa.

A análise do sistema de saúde mental em Portugal mostra alguns aspetos positivos na evolução das últimas décadas. Foi um dos primeiros países europeus a adotar uma lei nacional (1963) de acordo com os princípios da setorização, a qual permitiu a criação de centros de saúde mental em todos os distritos e o aparecimento de vários movimentos importantes, tais como os da psiquiatria social e da ligação aos cuidados de saúde primários.

A nova legislação de saúde mental, aprovada nos anos 90 (a Lei nº 36/98 e o Decreto Lei nº 35/99) reforçou este capital, de acordo com os princípios recomendados pelos organismos internacionais mais importantes na área da organização dos serviços de saúde mental.

A criação de serviços descentralizados foi um desenvolvimento com um impacto muito positivo para a melhoria da acessibilidade e qualidade dos cuidados, permitindo respostas mais próximas das populações e uma articulação maior com centros de saúde e agências da comunidade. A cobertura do território nacional por estes serviços ainda é muito incompleta, mas comparando a situação atual com a situação de há 30 anos, verifica-se que se deram passos importantes.

Um outro aspeto positivo foi o desenvolvimento de programas e estruturas de reabilitação psicossocial, criados a partir do final dos anos 90, ao abrigo do Programa Horizon da CE, do Despacho 407/98 e da legislação de apoio ao emprego. Embora com um âmbito limitado, estes programas representaram uma rutura significativa com a situação anterior, na qual estruturas como residências na comunidade e empresas sociais para doentes mentais graves eram totalmente inexistentes em Portugal. Apesar destes aspetos inegavelmente positivos, a falta de planeamento e de apoio consistente à melhoria dos serviços de saúde mental levaram a que Portugal se tenha atrasado significativamente neste campo em relação a outros países europeus. Os dados existentes e a análise dos resultados dos estudos efetuados no âmbito indicam que os serviços de saúde mental sofrem de insuficiências graves, a nível da acessibilidade, da equidade e da qualidade de cuidados.

O nível modesto de recursos disponíveis para a saúde mental em Portugal é certamente um dos fatores que tem dificultado o desenvolvimento e a melhoria dos serviços neste setor. Ao contrário do que sucede noutros países, os grupos de utentes e familiares nunca tiveram uma voz ativa na sociedade portuguesa. A perspetiva de saúde pública e a cultura de avaliação de serviços sempre foram frágeis na área da saúde mental em Portugal. Resultado: os recursos atribuídos à saúde mental são indiscutivelmente baixos se atendermos ao impacto real das doenças mentais para a carga global das doenças. A análise dos dados disponíveis mostra que tanto os recursos financeiros, como os recursos humanos, se encontram distribuídos de uma forma muito assimétrica entre as várias regiões do país, entre hospitais psiquiátricos e departamentos de hospitais gerais, entre unidades de internamento e de ambulatório.

O modelo de gestão e financiamento dos serviços tem constituído outro constrangimento fundamental na evolução dos serviços de saúde mental. Ao colocar-se o centro dos serviços locais nos hospitais gerais, não cumprindo a determinação de os transformar em centros de responsabilidade, impediu-se qualquer tentativa consistente de desenvolvimento das redes de cuidados na comunidade.

Os hospitais psiquiátricos, por seu lado, na ausência de qualquer plano nacional ou regional, e de um modelo de contratualização claro, têm podido funcionar sem qualquer obrigatoriedade de atender aos objetivos que lhes estão atribuídos pela lei de saúde mental.

Com base na avaliação das reformas de saúde mental realizadas em inúmeros países e nos dados proporcionados pela larguíssima investigação realizada sobre a efetividade e os custos dos vários tipos de serviços, a OMS e outras organizações internacionais defendem que os serviços de saúde mental devem organizar-se de acordo com os seguintes princípios:

- Garantir a acessibilidade a todas as pessoas com problemas de saúde mental;
- Assumir a responsabilidade de um setor geo-demográfico, com uma dimensão tal que seja possível assegurar os cuidados essenciais sem que as pessoas se tenham que afastar significativamente do seu local de residência;
- Integrar um conjunto diversificado de unidades e programas, incluindo o internamento em hospital geral, de modo a assegurar uma resposta efetiva às diferentes necessidades de cuidados das populações;
- Ter uma coordenação comum;
- Envolver a participação de utentes, familiares e diferentes entidades da comunidade;
- Estar estreitamente articulados com os cuidados primários de saúde;
- Colaborar com o setor social e organizações não governamentais na reabilitação e prestação de cuidados continuados a doentes mentais graves.
- Prestar contas da forma como cumprem os seus objetivos;

Articulação		PNSM 2007-2016
Eixos PDS - Penafiel	Eixo I	
	Eixo II	X
	Eixo III	X
	Eixo IV	X

## Plano Nacional para a Redução dos Comportamentos Aditivos e das Dependências 2013-2020

O PNRCAD constitui-se, assim, como uma inovação importante no domínio das políticas de saúde, na medida em que estas problemáticas encerram riscos e custos aos quais é importante fazer face pelas repercussões e impacto que tem na vida dos indivíduos, das famílias e da sociedade.

Investir-se-á em dois grandes domínios: a redução da procura e a redução da oferta dando, de forma equilibrada, a devida relevância as duas abordagens.

No que se refere à redução da procura, o Cidadão constitui o centro da conceitualização das políticas e intervenções nos CAD (Comportamentos Aditivos e Dependências), tendo como pressuposto de base que é fundamental responder às necessidades dos indivíduos, perspectivadas de forma dinâmica no contínuo do seu ciclo de vida. Pretende-se desenvolver intervenções globais e abrangentes que integrem um contínuo que vai da promoção da saúde, prevenção, dissuasão, redução de riscos e minimização de danos (RRMD), tratamento e a reinserção social. Naturalmente, tais intervenções desenvolver-se-ão de acordo com o quadro legal em vigor no que se refere ao uso e abuso de substâncias psicoativas lícitas e ilícitas, e pretendem promover a saúde e o acesso dos indivíduos aos cuidados e serviços de que efetivamente necessitam, tendo tradução no aumento de ganhos em saúde e bem-estar social.

No que se refere à redução da oferta, a diminuição da disponibilidade e do acesso às substâncias ilícitas tradicionais e as novas substâncias psicoativas, a regulamentação do mercado das substâncias lícitas e respetiva fiscalização e harmonização dos dispositivos legais já existentes ou a desenvolver, nomeadamente no que se refere à área do jogo e a internet, constituem o centro das políticas e intervenções, assente no pressuposto da cooperação nacional e internacional.

Assim, as opções estratégicas do presente Plano contem uma perspectiva ampla, global e integrada das problemáticas e das respostas em matéria de Comportamentos Aditivos e Dependências. Assentam num conjunto de pressupostos, princípios, tipos de intervenção e medidas estruturantes que, dentro da nova arquitetura institucional criada, se pretende que respondam de forma eficaz e sustentável às necessidades atuais nesta área, numa ótica de abordagem equilibrada. Nessa medida, importa

criar um sistema integrado que compreenda os domínios, baseado em serviços especializados, particularmente diferenciados, que regule as relações de complementaridade e de apoio técnico entre as diferentes entidades intervenientes envolvidas e a envolver na operacionalização do Plano.

Os resultados globais até agora obtidos com as políticas e medidas implementadas indicam que a estratégia seguida e os modelos utilizados constituem a base de uma política pública adequada, que carece de melhoria e de investimento.

A integração das questões ligadas aos Comportamentos Aditivos e Dependências, nomeadamente o jogo, exige uma especial atenção.

A estratégia global de atuação no contexto deste Plano assenta numa ação coordenada, de forma a potenciar as sinergias entre os quadros estratégicos e orçamentais dos serviços e organizações com intervenção nestes domínios.

### Objetivos gerais:

- **Prevenir, dissuadir, reduzir e minimizar os problemas relacionados com o consumo de substâncias psicoativas, os comportamentos aditivos e as dependências** através de uma intervenção integrada, baseada em mecanismos de prevenção, dissuasão, redução de riscos, minimização de danos, tratamento e reinserção, utilizados em consonância com a etapa do ciclo de vida do cidadão e o contexto em que este se encontra e estruturados numa rede de referência e articulação de cuidados.
- **Reduzir a disponibilidade das drogas ilícitas e das novas substâncias psicoativas no Mercado** através da prevenção, dissuasão e do desmantelamento das redes de tráfico de substâncias ilícitas, em especial do crime organizado, intensificando, a nível interno e internacional, a cooperação judiciária, policial e aduaneira, bem como a gestão das fronteiras.
- **Garantir que a disponibilização, venda e consumo de substâncias psicoativas lícitas no mercado, seja feita de forma segura e não indutora de uso/consumo nocivo** através de legislação, regulamentação e fiscalização adequadas.
- **Proporcionar oportunidades de jogo legal e seguro, e não indutor de comportamento aditivo** através de legislação, regulamentação e fiscalização adequadas.
- **Assegurar a qualidade dos serviços prestados aos cidadãos e a sustentabilidade das políticas e intervenções** através da criação de conhecimento, da capacitação dos profissionais, da comunicação e da cooperação internacional.

### Medidas Estruturantes

#### - Plano Operacional de Respostas Integradas - PORI

#### - Rede de Referência/Articulação no âmbito dos Comportamentos Aditivos e Dependências.

São duas medidas estruturantes que transitam do ciclo estratégico anterior, com as atualizações e adaptações entretanto introduzidas, e atendendo as mudanças ocorridas na reorganização dos serviços.

Consideram-se uma mais-valia e um suporte que permitem dar resposta a necessidades identificadas a nível regional e local, e que operacionalizam o conjunto de princípios assumidos pelo PNRCAD.

#### - PLANO OPERACIONAL DE RESPOSTAS INTEGRADAS (PORI)

O PRI é um programa de intervenção específico que integra respostas interdisciplinares e multisetoriais, com alguns ou todos os tipos de intervenção (prevenção, dissuasão, redução de riscos e minimização de danos, tratamento e reinserção) e que decorre dos resultados do diagnóstico de um território identificado como prioritário.

O PORI pressupõe uma mudança de paradigma na abordagem da intervenção territorial, em termos da valorização do diagnóstico prévio a intervenção, que se direciona para uma resposta integrada. Pretende-se investir em programas e projetos que evidenciem qualidade técnica e um rigor de avaliação em termos de processo e resultados.

Os PRI vão permitir que, nos territórios onde já existem intervenções a decorrer e/ou onde existem meios que não estão suficientemente rentabilizados, seja feita uma reorganização dos recursos disponíveis, potenciando as mais valias em função das necessidades identificadas. No caso de não existir qualquer resposta ou esta ser insuficiente, pode atribuir-se financiamento suplementar, através da abertura de procedimentos concursais, de modo a colmatar as necessidades identificadas ou suprir áreas lacunares existentes.

A intervenção integrada deverá ser desenvolvida de modo a contribuir para a melhoria da sua qualidade em termos teóricos e operacionais, tendo em conta uma base conceitual comum que oriente os vários tipos de intervenção no âmbito dos comportamentos aditivos e dependências. Porém, o processo de implementação de um PRI pode ter varias formulas ou caminhos, que variarão consoante as experiencias de intervenção locais, nomeadamente das redes sociais locais existentes, das autarquias, dos serviços desconcentrados da Administração Pública e das organizações da sociedade civil neste campo de intervenção.

O PORI baseia-se nos princípios da territorialidade, da integração, da parceria e da participação que constituem o quadro de orientação estratégica definido pela Organização Internacional do Trabalho, para o contexto da luta contra a pobreza e exclusão social.

O modelo de intervenção que se propõe no âmbito do PORI concebe que a resposta aos problemas deve partir de um nível mais genérico, o das grandes opções e orientações, para propostas concretas que lhe dêem corpo, de modo a garantir que as ações implementadas não sejam soluções avulsas, mas resultem de uma visão de conjunto.

#### - REDE DE REFERENCIAÇÃO / ARTICULAÇÃO NO ÂMBITO DOS COMPORTAMENTOS ADITIVOS E DEPENDÊNCIAS

Decorrente da recente reorganização e assunção de atribuições da intervenção no âmbito dos CAD, impera a necessidade de implementação de uma Rede de Referenciação / Articulação que atenda as especificidades e condicionalismos loco-regionais e que se constitua como um sistema que regule, dentro de uma nova arquitetura institucional, as relações de complementaridade e de apoio técnico entre entidades intervenientes no processo de tratamento dos CAD, de forma a alargar o acesso dos doentes aos cuidados e serviços de que efetivamente necessitam, bem como sustentar o sistema integrado de informação interinstitucional. Visa-se, assim, a redefinição das relações de complementaridade e de apoio técnico a luz de uma nova atribuição de competências entre instituições públicas, bem como o alargamento e integração da prestação de cuidados, em função das reais necessidades das populações, em matéria dos CAD, contemplando assim os progressos que a evidência científica tem vindo a consagrar no que respeita a estes fenómenos, que podem surgir em qualquer fase do ciclo de vida de um indivíduo, e que define uma visão holística do conceito de conduta aditiva e de dependência e que preconiza a mobilização para esta Rede de outras intervenções, Unidades e Planos que até agora operavam de forma menos interligada.

Neste sentido, a Rede de Referenciação / Articulação no âmbito dos Comportamentos Aditivos e das Dependências aliara os serviços de saúde públicos, os diferentes sistemas, potencialmente, envolvidos no trajeto de acompanhamento destas populações (Segurança Social, Educação, Segurança Pública, Justiça), bem como os dispositivos dirigidos à problemática da violência doméstica / familiar, as crianças e jovens em risco e aos jovens com problemas de adaptação e inclusão social, mas também entidades privadas que ao longo do tempo tem vindo a ter um papel importante no tratamento dos CAD.

Integrando estes elementos orientadores, a implementação da Rede de Referenciação/Articulação consolidará o enfoque no cidadão e nas suas reais necessidades, articulando-as segundo critérios lógicos e de racionalidade, que mobilizem

seletivamente estruturas com a diferenciação e os meios técnicos e humanos adequados a concretização de intervenções que efetivamente respondam aos seus problemas de saúde, em termos de especificidade e complexidade e grau de gravidade.

Articulação		PNRCAD 2013-2020
Eixos PDS - Penafiel	Eixo I	
	Eixo II	X
	Eixo III	X
	Eixo IV	

## V PLANO NACIONAL PARA A IGUALDADE DE GÉNERO, CIDADANIA E NÃO-DISCRIMINAÇÃO 2014-2017

O V Plano Nacional para a Igualdade de Género, Cidadania e Não-discriminação 2014 -2017 (V PNI) é o instrumento de execução das políticas públicas que visam a promoção da igualdade de género e o combate às discriminações em função do sexo e da orientação sexual.

A igualdade entre mulheres e homens é um objectivo social em si mesmo, essencial a uma vivência plena da cidadania, constituindo um pré -requisito para se alcançar uma sociedade mais moderna, justa e equitativa.

A prossecução de políticas ativas de igualdade entre mulheres e homens é um dever inequívoco de qualquer governo e uma obrigação de todos aqueles e aquelas que asseguram o serviço público em geral. A dimensão da igualdade de género deve, por isso, ser tida em consideração em todos os aspetos da tomada de decisão pública e política.

Ainda que o V PNI, tal como os seus antecessores, seja o instrumento por excelência de concretização das políticas públicas de promoção da igualdade de género e de combate à não-discriminação em função do sexo e da orientação sexual, nele não se esgota a totalidade da ação dos poderes públicos neste domínio.

Na verdade, a administração local constitui -se como um elemento imprescindível para a construção da igualdade de género. Assim, prevê -se o reforço da cooperação com os municípios, enquanto agentes privilegiados para a descentralização das políticas públicas no domínio da igualdade de género.

Continua a privilegiar -se, também no âmbito autárquico, a territorialização da dimensão da igualdade de género através da elaboração e desenvolvimento de planos municipais para a igualdade, que têm constituído um dos domínios centrais da cooperação entre a administração central e as autarquias locais e que, por isso, importa intensificar no quadro deste V PNI.

O V PNI prevê a adoção de 70 medidas estruturadas em torno de sete áreas estratégicas, no que representa um esforço de maior sistematização relativamente aos planos anteriores. Simultaneamente atribui -se, a cada medida, uma entidade responsável pela sua execução, assim como os objetivos a atingir, indicadores de resultado e calendarização das medidas.

Estas inovações traduzir-se-ão certamente numa mais clara identificação dos resultados e impactos esperados, contribuindo ainda para agilizar, de uma forma geral, a operacionalização do V PNI, em consonância com as recomendações decorrentes da avaliação externa do IV Plano Nacional.

### V Plano Nacional de para a Igualdade de Género, Cidadania e Não-Discriminação 2014 -2017

Áreas Estratégicas	Objetivos Estratégicos
Integração da Perspetiva da Igualdade de Género na Administração Pública	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Garantir a centralidade das políticas para a igualdade de género na estrutura da governação;</li> <li>• Promover a transversalidade das políticas para a igualdade de género em todas as outras políticas;</li> <li>• Capacitar os(as) agentes da Administração Pública central e local, através de formação inicial e contínua;</li> <li>• Recolher e tratar dados estatísticos, desagregados por sexo, e assegurar a sua disseminação</li> </ul>

Central e Local	regular; <ul style="list-style-type: none"> <li>• Reforçar a cooperação com as autarquias.</li> </ul>
Promoção da Igualdade entre Mulheres e Homens nas Políticas Públicas:	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Conceber, implementar e monitorizar políticas públicas integrando a dimensão da igualdade de género;</li> <li>• Promover e difundir a investigação científica realizada nesta área;</li> <li>• Estruturar o planeamento e a formulação das políticas públicas e avaliar o seu impacto na perspetiva da igualdade de género;</li> <li>• Reduzir as assimetrias de género em todas as áreas sectoriais através do aumento da eficácia e da eficiência das políticas públicas;</li> <li>• Contribuir para a compreensão da exclusão social e da desigualdade de género enquanto fenómenos intercomunicantes;</li> <li>• Sensibilizar os diferentes profissionais que trabalham no domínio da inclusão social e junto de populações vulneráveis, para a integração da dimensão de género nas suas práticas;</li> <li>• Promover competências de base necessárias à construção e desenvolvimento de projetos de vida inclusivos junto de grupos específicos de mulheres em situação de maior vulnerabilidade, designadamente mulheres rurais, mulheres imigrantes e mulheres idosas;</li> <li>• Contribuir para a prevenção dos múltiplos fatores que estão na origem da condição de maior vulnerabilidade da população idosa em vários domínios;</li> <li>• Integrar a dimensão da igualdade de género nas políticas do ambiente, ordenamento do território e energia.</li> </ul>
Independência Económica, Mercado de Trabalho e Organização da Vida Profissional, Familiar e Pessoal	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Reduzir as desigualdades que persistem entre mulheres e homens no mercado de trabalho, designadamente ao nível salarial;</li> <li>• Promover o empreendedorismo feminino, como elemento de mobilização das mulheres para a vida económica ativa, e divulgar boas práticas;</li> <li>• Incentivar a implementação de planos para a igualdade nas empresas privadas e monitorizar o cumprimento das normas relativas à implementação desses planos no setor empresarial do Estado;</li> <li>• Reforçar os mecanismos de acesso das mulheres a lugares de decisão económica.</li> </ul>
Orientação Sexual e Identidade de Género	<p>Prevenir e combater todas as formas de discriminação em função da orientação sexual e da identidade de género;</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Promover a sensibilização de toda a sociedade portuguesa para esta problemática;</li> <li>• Garantir a implementação e monitorização dos compromissos internacionais, aos quais Portugal está vinculado, em matéria de não -discriminação em razão da orientação sexual e da identidade de género.</li> </ul>
Organizações não - governamentais	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Reforçar a cooperação com as ONG na promoção da igualdade de género, cidadania e não - discriminação.</li> </ul>
Comunicação Social;	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Capacitar os(as) profissionais de comunicação, em particular jornalistas, para a introdução da dimensão de género nos conteúdos por si produzidos e ou editados;</li> <li>• Criar mecanismos de sinalização de conteúdos jornalísticos e publicitários sexistas e estereotipados do ponto de vista do género;</li> <li>• Promover a sensibilização do público em geral sobre as questões da igualdade de género e não -discriminação, com recurso ao meio de comunicação privilegiado, que é a televisão.</li> </ul>
Cooperação	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Participar ativamente nos principais <i>fora</i> internacionais em matéria de igualdade de género;</li> <li>• Disseminar, implementar e monitorizar as orientações internacionais às quais Portugal se encontra vinculado, em matéria de igualdade de género;</li> <li>• Promover a transversalização da igualdade de género em todas as políticas de cooperação internacional;</li> <li>• Multiplicar as medidas de promoção da igualdade de género nas comunidades portuguesas.</li> </ul>

Articulação		PNIGCND 2014-2017
Eixos PDS - Penafiel	Eixo I	
	Eixo II	
	Eixo III	X
	Eixo IV	X

**V Plano Nacional de Prevenção e Combate à Violência Doméstica e de Género 2014-2017**

A violência de género, onde se inclui, entre outras, a violência doméstica, é uma grave violação dos direitos humanos, em particular das mulheres, tal como foi definido na Declaração e Plataforma de Ação de Pequim, da Organização das Nações Unidas (ONU), em 1995. É também um grave problema de saúde pública, como afirmou a Organização Mundial da Saúde, em 2003. Várias têm sido as recomendações de organismos europeus e internacionais, ao longo da última década, no sentido de se intensificarem os esforços por parte dos Estados para eliminar todas as formas de violência contra as mulheres.

V Plano Nacional de Prevenção e Combate à Violência Doméstica e de Género 2014 -2017	
Áreas Estratégicas	Objetivos Estratégicos
Prevenir, Sensibilizar e Educar	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Prevenir a violência doméstica e de género;</li> <li>• Aumentar o nível de sensibilização e conhecimento sobre a violência doméstica e de género;</li> <li>• Dinamizar o trabalho em rede, promovendo a descentralização territorial das ações;</li> <li>• Promover a eliminação de práticas tradicionais nocivas, em particular da mutilação genital feminina.</li> </ul>
Proteger as Vítimas e Promover a sua Integração	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Prevenir a revitimização;</li> <li>• Ampliar as medidas de proteção às vítimas;</li> <li>• Consolidar e qualificar as estruturas da rede de acolhimento de vítimas;</li> <li>• Promover intervenções específicas junto de vítimas particularmente vulneráveis;</li> <li>• Promover a capacitação e a autonomização das vítimas.</li> </ul>
Intervir junto de Agressores(as)	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Prevenir a reincidência em crimes de violência doméstica;</li> <li>• Prevenir a reincidência em crimes de violência sexual;</li> <li>• Promover programas de intervenção junto de jovens agressores(as).</li> </ul>
Formar e Qualificar Profissionais	Intensificar a formação de profissionais; Criar e implementar referenciais de formação orientados para a intervenção com públicos particularmente vulneráveis.
Investigar e Monitorizar	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Recolher e tratar dados estatísticos que permitam sistematizar o conhecimento e informação;</li> <li>• Promover estudos que permitam integrar lacunas de conhecimento existentes em matéria de violência doméstica e de género e atualizar informação essencial à determinação da intensidade do fenómeno;</li> <li>• Criar instrumentos de monitorização estatística da violência doméstica e de género, bem como de gestão da rede de apoio às vítimas.</li> </ul>
Cooperação	Participar ativamente nos principais <i>fora</i> internacionais em matéria de igualdade de género; <ul style="list-style-type: none"> <li>• Disseminar, implementar e monitorizar as orientações internacionais às quais Portugal se encontra vinculado, em matéria de igualdade de género;</li> <li>• Promover a transversalização da igualdade de género em todas as políticas de cooperação internacional;</li> <li>• Multiplicar as medidas de promoção da igualdade de género nas comunidades portuguesas.</li> </ul>

Articulação		VPNPCVDG 2014-2017
Eixos PDS - Penafiel	Eixo I	
	Eixo II	
	Eixo III	X
	Eixo IV	

## Capítulo VIII - Considerações Finais

A própria conjuntura social, económica e financeira, poderá obrigar à reformulação deste PDS, nomeadamente sempre que ocorram alterações no tecido social e que sejam identificadas outras problemáticas que exijam da parceria uma intervenção a curto prazo. Trata-se de assumir que o planeamento implica rigor e precisão, mas também flexibilidade, uma vez que nem sempre é possível prever e prevenir determinados contextos.

Este PDS pressupõe a elaboração de Planos de Ação anuais (2015, 2016, 2017), e a criação de um sistema de monitorização e avaliação dos resultados, numa lógica de atualização do diagnóstico da realidade social concelhia e da evolução das questões sociais existentes ou emergentes.

Os Planos de Ação Anuais apresentar-se-ão da seguinte forma:

EIXO	1. Instrumentos de Diagnóstico e de Planeamento do concelho				
Problemas	Objetivos	Ações que dão cumprimento aos objetivos	Entidades responsáveis pelas Ações	Parceiros a envolver	Calendarização (Início-Final)

EIXO	2. Trabalhar em Rede – Desafios de uma Solidariedade Partilhada				
Problemas	Objetivos	Ações que dão cumprimento aos objetivos	Entidades responsáveis pelas Ações	Parceiros a envolver	Calendarização (Início-Final)

EIXO	3. Educação e Formação para a Empregabilidade e Inclusão				
Problemas	Objetivos	Ações que dão cumprimento aos objetivos	Entidades responsáveis pelas Ações	Parceiros a envolver	Calendarização (Início-Final)

EIXO	4. Mobilizar a Comunidade e intervir na Diferença				
Problemas	Objetivos	Ações que dão cumprimento aos objetivos	Entidades responsáveis pelas Ações	Parceiros a envolver	Calendarização (Início-Final)

A intervenção social e os seus instrumentos são uma realidade escassamente conhecida e insuficientemente valorizados pela generalidade da população.

Partindo desse pressuposto, é determinante proceder-se à divulgação e publicitação das intervenções e iniciativas que são desenvolvidas no sentido de inverter as situações de pobreza e exclusão social.

As estratégias e diligências pela inclusão e coesão sociais apelam, continuamente, à implicação e participação das populações como forma de valorizar e sustentabilizar essas mesmas intervenções. Sabendo que, o primeiro momento de qualquer convergência de esforços e de ação passa por um (re)conhecimento mútuo dos problemas/necessidades de um concelho, é importante a divulgação deste Plano de Desenvolvimento Social.

O presente documento deve ser divulgado a todas as instituições do concelho e à comunidade em geral, servindo assim, os objetivos da **divulgação** e da **visibilidade**.

Pretende-se também com esta ação, chamar a atenção para as questões da **pobreza e da exclusão social** e para a **mobilização e participação** de todos, nas intervenções realizadas ou a realizar no concelho.

De salientar que deverá haver uma Contratualização Institucional do PDS, nomeadamente através de:

- Reuniões Setoriais com Responsáveis Institucionais, para a apresentação e validação do PDS;
- Compromisso e responsabilização pela Implementação do PDS.

#### **Plano de Divulgação do PDS de Penafiel:**

- Entrega do documento e divulgação ao CLAS;
- Divulgação com possibilidade de download no site da Câmara Municipal e do Instituto da Segurança Social, I. P./ Rede Social.

#### **Entidade Responsável:**

- Núcleo Executivo da Rede Social.